



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DE DIREITO E DE FACTO

**-CONFRONTO ENTRE O ORDENAMENTO JURÍDICO
PORTUGUÊS E ANGOLANO.**

Tânia Teresa Quijingo Gomes

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2019

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DE DIREITO E DE FACTO

**- CONFRONTO ENTRE O ORDENAMENTO
JURÍDICO PORTUGUÊS E ANGOLANO.**

Tânia Teresa Quijingo Gomes

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade
Católica Portuguesa, no âmbito do Mestrado em Direito e Gestão
sob a orientação do Exmo. Sr. Prof. Doutor Armando Manuel
Andrade de Lemos Triunfante

Faculdade de Direito | Escola do Porto
2019

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família, pelo apoio incondicional durante o tempo que eu me dediquei a este trabalho.

EPÍGRAFE

“Só os que se arriscam a ir longe demais são
capazes de descobrir o quão longe se pode ir”

Thomas Stears Eliot

AGRADECIMENTO

À Deus primeiramente por ter permitido que fosse possível este trabalho e aos meus pais pelo dom da vida e aos meus tios pela educação, amor e pela ternura sem fim que me faz crescer consciente da beleza e verdade que vive no que é puro. Pela partilha, sabedoria e pelo diálogo que, guiada pelo vosso exemplo, me leva a percorrer um caminho assente na honestidade, respeito e coragem.

À Carolina motivo dessa luta, pelo bem que me faz. Por elevar o amor, o orgulho que tenho em ti e o orgulho que tenho em te ter por perto. Para ti o lugar no meu coração é pequeno, mas por ti nunca parará de crescer.

Ao meu companheiro pela motivação e apoio.

Ao meu patrono pela disponibilidade, pela paciência e pelo conhecimento que diariamente me transmitiu.

Aos colegas que me ajudaram durante este percurso que teve altos e baixos, com conselhos e solidariedade académica.

Ao meu orientador, pelos conselhos que generosamente prestou e que tanto contribuíram para a conclusão da presente dissertação.

A todos o meu profundo agradecimento

RESUMO

Este trabalho procura fazer uma análise comparativa em matéria de responsabilidade civil, dos gestores de direito e dos gestores de facto, das sociedades anónimas e sobre os meios de proteção dos credores societários nos ordenamentos jurídicos Português e Angolano. A reforma de 2006 inspirada nos modelos francês, alemão e norte americano carrou para a ordem jurídica portuguesa algumas alterações nesta matéria que agora contrasta com a realidade angolana parada no tempo.

A seguir serão tratados a responsabilidade dos administradores, as formas de designação para o cargo, as funções determinantes na gestão das sociedades anónimas, os deveres e obrigações de boas práticas e a responsabilidade civil que possa advir de má gestão.

Por outro lado, a intervenção dos lesados como sendo a própria sociedade, os sócios ou os credores societários, na defesa dos seus direitos, analisando-se particularidades de cada um dos ordenamentos jurídicos.

Por último a responsabilidade do administrador de facto, nos casos em que a lei admite tal figura com legitimidade nas sociedades anónimas, como seja situações que servem para assegurar a continuidade da própria sociedade, o caso do administrador com o contrato caducado e a aguardar renovação do mandato ou a nomeação de novo administrador, a gestão danosa na condição de administrador de facto, o regime da responsabilidade civil e os vários critérios para considerar como administrador de facto com vista à respetiva responsabilização.

Palavras chaves: Direito das sociedades comerciais, Sociedades Anónimas, Administrador de facto, Responsabilidade civil.

Abstract

This paper aims to make a comparative analysis in matters of civil liability of de jure and de facto managers from public limited corporations (share companies) and the means of protection of corporate creditors in the Portuguese and Angolan legal systems. The 2006 reform, inspired by the French, German and North American models, brought to the Portuguese legal order some changes in this matter that now contrasts with the Angolan reality that stood still in time.

The following will be addressed to the liability of directors, the forms of appointment to office, the key functions in the management of public limited corporations, the duties and obligations of good practice and the civil liability that may arise from mismanagement.

On the other hand, the intervention of the injured parties as being the company itself, the partners or the corporate creditors, in the defense of their rights, analyzing the particularities of each of the legal frameworks.

Finally, the liability of the de facto manager, where the law allows such a figure to be legitimate in public limited corporations, such as situations that serve to safeguard the continuity of the company itself, the case of the administrator with the expired contract awaiting renewal or the appointment of a new administrator, mismanagement as a de facto manager, the regime of civil liability and the various criteria for considering as a de facto manager for judicial demand purposes.

Keywords: Commercial Companies Law, Public Limited Company, de facto Administrator, Civil Liability.

INDICE

Introdução	1
1. Responsabilidade dos administradores das sociedades anónimas	3
1.1 <i>Designação dos administradores</i>	<i>3</i>
1.2 <i>. Funções dos administradores.....</i>	<i>6</i>
1.3 <i>Os deveres dos administradores.....</i>	<i>10</i>
1.4. <i>A responsabilidade civil dos administradores</i>	<i>17</i>
1.4.1. <i>Responsabilidade para com à sociedade.....</i>	<i>18</i>
1.4.2. <i>Responsabilidade para com os sócios e terceiros.....</i>	<i>24</i>
1.4.3. <i>Responsabilidade para com os credores sociais em particular</i>	<i>27</i>
2. Responsabilidade do administrador de facto.....	29
2.1. <i>O administrador de facto relevante e legitimado.....</i>	<i>29</i>
2.2. <i>A figura dos administradores de facto como fator de manutenção das sociedades anónimas</i>	<i>31</i>
2.3. <i>A responsabilidade civil societária dos administradores de facto.....</i>	<i>32</i>
Conclusão	35
Bibliografia	37

Lista de Siglas e Abreviaturas

al.	Alínea
CSC	Código das Sociedade Comercias
C.civ.PT	Código civil Português
C. pen.	Código Penal
C. civ. AO	Código civil Angolano
CIRE	Código de insolvência e recuperação de empresas
Cfr.	Conferir
D.L	Decreto Lei
Et alli	E outros autores
LGT AO	Lei Geral do Trabalho Angolano
LGT	Lei Geral Tributária Portuguesa
LSC	Lei das Sociedades Comerciais Angolana
RGIT	Regime geral das infrações tributarias Portuguesa
p.	Página
S.A	Sociedade Anónimas
Ob. cit.	Obra citada

Introdução

Nem sempre as funções e as tarefas próprias de um administrador ou gerente de uma sociedade comercial são desempenhadas pelos administradores de direito ou formais. Isto significa que, para além dos sujeitos que levam a cabo o “cargo” administrativo por terem sido designados de acordo com um dos modos ou modelos previstos na lei (maxime, designação nos estatutos e nomeação ou eleição pelo sócio ou coletividade de sócios) pode uma sociedade ser efetivamente gerida por quem atua sem título de investidura orgânica, ou atua depois de extinto, caduco ou estando suspenso o seu título, ou, por fim...¹.

A administração fáctica é uma realidade nos ordenamentos jurídicos e do seu exercício tem resultado danos para a sociedade, sócios e terceiros, principalmente os credores. Face a isto, tem-se questionado se na ordem jurídica portuguesa e angolana existem mecanismos de responsabilização civil dos administradores de facto.

Várias são as razões que na prática podem levar a que se constitua este tipo de discrepância, entre a função efetivamente exercida por um sujeito e a sua relação com a sociedade. Pense -se num sócio ou numa pessoa da confiança dos sócios que estes desejariam designar como administrador, mas que, em virtude de uma qualquer incompatibilidade, designadamente pela ocupação de cargos públicos ou pelo desempenho de funções de administração em outra sociedade, se encontra impedido de o fazer, ou numa pessoa que dirige efetivamente a sociedade mas não quer aparecer por razões de estratégia comercial. Especialmente relevantes, pela sua frequência no ordenamento jurídico Angolano, são as situações em que, pretendendo uma sociedade designar um cidadão estrangeiro como administrador da sociedade comercial, este não possui ainda visto de trabalho ou de investidor, ou que uma sociedade comercial angolana pretenda celebrar um contrato de gestão com uma sociedade estrangeira².

No entanto, não deve ser ignorado (e não é) que não raras vezes a sociedade é dirigida por pessoas que não apresentam título bastante, mas que exercem de facto a administração. Estão também identificadas práticas em que as pessoas que efetivamente administram a sociedade e

¹ Costa, Ricardo (2015) - Sócios como administradores de facto das “suas” sociedades. Coleção Estudos Instituto do Conhecimento AB, n.º 4, Instituto do conhecimento AB, estudos comemorativos dos 20 anos da abreu advogados. Editora Almedina, p.p. 725,726.

²Vale, Sofia (2014) -Os deveres dos administradores das sociedades nos direitos angolano e português: estudo de direito comparado, p.p. 17,18.

[https://www.academia.edu/12771512/Os_deveres_dos_administradores_das_sociedades_nos_direitos_angolano_e_português_estudo_de_direito_comparado_-_2014](https://www.academia.edu/12771512/Os_deveres_dos_administradores_das_sociedades_nos_direitos_angolano_e_portugu%C3%AAs_estudo_de_direito_comparado_-_2014)

a controlam não são aparentes, antes mantêm-se na sombra. Daí que designados por «shadow directors». Tal ocultamento pode ser estimulado pela intensificação do risco de administração ou constituir um expediente destinado a impedir a aplicação das normas sobre responsabilidade (não só civil) pela administração da sociedade³.

Umas das vias a considerar para fundamentar a necessária responsabilidade do (genericamente) chamado “gerente de facto” (administrador) é o recurso ao disposto no art.º 80.º do Código das Sociedades Comerciais⁴ doravante CSC e art.º 85.º da Lei das Sociedades Comerciais doravante LSC, embora esta norma levante alguns problemas de interpretação. O art.º 80.º do CSC alarga o alcance das disposições respeitantes à responsabilidade dos gerentes ou administradores a “outras pessoas a quem sejam confiadas funções de administração”, sem excluir deste alargamento as situações de responsabilidade perante os credores sociais.

A doutrina portuguesa oferece várias e detalhadas definições de administrador de facto, identificando numerosos requisitos cujo preenchimento será exigido⁵. Costuma, nomeadamente, entender-se que é necessário, para tal efeito, uma continuidade e regularidade no exercício dessas funções.

Segundo MARIA DE FATIMA RIBEIRO, a aplicação do art.º 80.º do CSC e art.º 85.º da LSC, que remete para as normas específicas da responsabilização direta do gerente (administrador), no mesmo sentido, mas sem passar pelo recurso ao art.º 80.º (optar por uma interpretação extensiva das normas que prescrevem a responsabilidade de gerentes e administradores, de modo a que a respetiva letra abranja os administradores de facto)⁶.

³ Gomes Ramos, Maria Elisabete, (2010) - O seguro de responsabilidade civil dos administradores “Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura”, Tese de Doutoramento, Editora Almedina, p. 151.

⁴ Ribeiro, Maria de Fátima, (2016) - A tutela dos credores da sociedade por quotas, e a desconsideração da personalidade jurídica, Teses, Editora Almedina, p. 468, nota 157- Este recurso é recentemente considerado “desnecessário” por Jorge Manuel Coutinho de Abreu/ Maria Elisabete Ramos, Responsabilidade civil de administrador e de sócios controladores..., cit. pág. 45; e pouco útil, para Jorge Manuel Coutinho de Abreu, Responsabilidade civil dos Administradores de sociedades, cit., pág. 104.

⁵ Ribeiro, Maria de Fátima, ob. Cit. pp. 473, 474, nota 168- entre nós, Ricardo Costa, Responsabilidade civil societária dos administradores de facto, cit., p. 29, nota 4, p. 31, nota 5, e p. 39, nota 12, aponta três qualidades imprescindíveis para o preenchimento do conceito de administrador de facto : o exercício efetivo de funções de gestão equivalentes às dos administradores de direito e atuação com a autonomia que lhes é própria, com uma certa permanência e sistematicidade(o que implicará, em princípio, o conhecimento e /ou a aceitação, ainda que tácita, desta atuação pelos órgãos competentes para a designação dos administradores de direito e pelos próprios administrador de direito).

⁶ Ribeiro, Maria de Fátima, ob. Cit., p. 475, nota 170, cf. Ricardo Costa, Responsabilidade civil societária dos administradores de facto, cit., p. 39, nota 12: em matéria de responsabilidade, será relevante um” comportamento ocasional integrável no âmbito da gestão”, desde que possa deduzir -se da sua “dimensão e relevo económico” que o seu autor atuou com independência e poder, e que o ato em causa é relevante no âmbito do “funcionamento e subsistência” da sociedade.

1. Responsabilidade dos administradores das Sociedades Anónimas

A nossa reflexão cingir-se-á apenas ao órgão de administração, que aqui entendemos como sendo os administradores das sociedades anónimas.

1.1. Designação dos administradores

As sociedades anónimas (doravante S.A) portuguesas podem escolher três modelos de organização (art.º 278.º n.º 1 do CSC), modelo clássico, modelo anglo-saxónico e modelo germânico, sendo que a adoção de um destes modelos é indicação imperativa nos estatutos (art.º 272.º al. g) do CSC) e os órgãos que os integram estão sujeitos ao princípio da tipicidade (*numerus clausus*), não podendo ser criado outros órgãos para além do previsto na lei, pelo menos com poderes deliberativo ou representativo⁷.

O modelo de governo das S.A em Angola é o modelo clássico ou latino, é o estabelecido pela LSC conforme os (art.º 410.º e 432.º da LSC) e caracteriza-se por integrar um conselho de administração e um órgão de fiscalização. Apesar de ser restritiva ao não facultar a opção entre diferentes modelos de governo societário a LSC permite alguma flexibilidade dentro do modelo de governação clássico. No âmbito da sua autonomia as sociedades podem ainda constituir órgãos atípicos, desde que as funções destes não se sobreponham às dos órgãos injuntivamente estabelecidos na lei⁸.

São variados os modos de designação de administradores: Pode ser feita diretamente no contrato de sociedade⁹, nomeadamente nos estatutos, embora os administradores possam também ser nomeados à margem destes, no próprio instrumento de constituição da Sociedade considerando o carácter necessariamente transitório da respetiva designação¹⁰, por eleição por deliberação dos sócios (art.º 391.º, n.º 1 e 425.º n.º 1, al. b) do CSC e art.º 411.º, n.º 1, 1ª parte

⁷ Pereira de Almeida, António, (2011) - *Sociedades Comerciais*, Valores Mobiliários e Mercado, 6ª Edição, Coimbra Editora, p.453.

⁸ Vale, Sofia (2015) - *As empresas no direito angolano*, “lições de direito comercial”. Universidade Agostinho Neto, p. 775.

⁹ Pereira de Almeida, António, (2006) - *Sociedades Comerciais*, 4ª Edição, Coimbra Editora, p. 220, “a relação de administração se deve subsumir ao contrato de prestação de serviço (art.º 1154.º do C.civ. PT) que nesta modalidade se pode designar por contrato de administração, fica afastada a qualificação como contrato de trabalho, o que tem consequências importantes nomeadamente para efeitos de destituição, em que não se aplicam as leis de trabalho. O art.º 398.º n.º 1,2, do CSC, proíbe, mesmo aos administradores o exercício de funções ao abrigo do contrato de trabalho, quer com a própria sociedade, quer sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo e os contratos de trabalho que estiverem em vigor à data da nomeação extinguem-se se tiverem duração inferior a um ano, ou suspendem-se caso tenha durado mais do que esse ano.

¹⁰ Cunha, Paulo O. (2019), *Direito das Sociedades comerciais*. 7ª Edição, Edições Almedina, p. 819.

da LSC) por eleição de deliberação do conselho geral e de supervisão (art.º 425.º n.º 1, al. a) 4 do CSC) a deliberação dos sócios minoritários por imperativo legal (art.º 392.º, n.º 6 e 7 do CSC e art.º 413.º n.º 1 da LSC). Por sócio pessoa coletiva que se for designada administrador, deve nomear uma pessoa singular para exercer o cargo em nome próprio (art.º 390.º, 4, 425.º, n.º 8 do CSC) e pelo órgão fiscalizador pode decidir ou deliberar e designar um administrador (art.º 393.º, 3, al. c) do CSC) e por designação nos estatutos (art.º 411.º n.º 1 da LSC) ou pelo exercício de um direito especial atribuído a um sócio (nos termos do art.º 26.º como decorre do art.º 411.º n.º 2 da LSC, a contrário sensu . Embora não corresponda a uma prática ou situação habitual, por vezes é necessário requerer ao tribunal que designe um administrador (judicial) para assegurar da gestão da sociedade (394.º e 426.º do CSC e art.º 415º LSC). Tal acontecerá sempre que falem os administradores em número necessário para deliberar e vincular a sociedade, sem que os acionistas procedam à respetiva substituição ou sempre que tenham decorrido mais de cento e oitenta dias sobre o termo do mandato dos administradores sem que os mesmos sejam substituídos. No caso de nomeação judicial, há particularidade: o administrador (nomeado judicialmente) passa a gerir a sociedade sem a participação de outras pessoas, como um administrador único, independentemente do valor do capital social¹¹.

Entre uma pessoa designada como administrador, que aceita a designação, e a sociedade respetiva estabelece-se uma relação jurídica complexa com direitos e deveres recíprocos. Têm sido avançadas numerosas teses acerca da natureza jurídica desta relação: teses contratualistas (mandato, prestação de serviço, contrato de trabalho, contrato de administração) teses unilateralistas, teses dualistas ou da divisão¹².

No direito Angolano, a relação jurídica que os administradores estabelecem com a sociedade em virtude do cargo que ocupam, deve ser enquadrada no âmbito do contrato de prestação de serviços (art.º 1154.º do Código Civil Angolano, doravante simplesmente “C. civ. AO”) e não no do contrato de trabalho. De facto, esta relação pressupõe a independência e a autonomia do administrador na tomada de decisões e concomitante ausência de poder de direção por parte da sociedade, grande flexibilidade na sua destituição (que poderá ocorrer independentemente de justa causa) e possibilidade das suas funções serem desempenhadas sem que haja lugar ao pagamento de qualquer remuneração (sendo por isso prestadas a título gratuito). Este entendimento é confirmado pelo art.º 2º, al. e) da Lei Geral do Trabalho

¹¹ Cunha, Paulo Olavo, (2019), ob. cit. p.823, 824.

¹² Coutinho de Abreu, Jorge Manuel. 2016. Curso de Direito Comercial, Das Sociedades. Edições Almedina, p. 534

(aprovada pela Lei n.º 7/15, de 15 de junho, doravante simplesmente designada por “LGT”) que expressamente exclui do seu âmbito de aplicação os contratos celebrados entre uma sociedade e os seus administradores¹³.

Portanto, a designação ou eleição do administrador corresponderia a uma proposta contratual (art.º 228.º do Código Civ. AO)¹⁴ dando-se o contrato por efetivado aquando da aceitação expressa ou tácita (art.º 391.º, n.º 5 C. Civ. AO) por parte do administrador. Não obstante, é frequente as partes optarem por reduzir a escrito particular as regras que pautarão a relação que se estabelece entre o administrador e a sociedade.

Segundo PAULO O. CUNHA, no que respeita à natureza jurídica da relação de administração – e igualmente na falta de previsão legal – a doutrina portuguesa tem-se dividido entre quem seja de opinião estarmos perante dois atos unilaterais e quem considere tratar-se de um verdadeiro negócio jurídico com natureza contratual. Se é verdade que a desnecessidade do consentimento do administrador designado para o desempenho do cargo aponta para a primeira qualificação, e a realidade é que a relação resultante da designação configura uma manifestação de vontade bilateral, caracterizada por um estatuto específico, composto por diversos direitos e deveres, gerais e específicos, perfeitamente definidos, que ligam permanentemente o gestor à sociedade administrada¹⁵.

1.2. Funções dos administradores

Em Portugal o funcionamento do conselho de administração é essencialmente regulado no art.º 410.º (cfr. Art.º 433.º n.º 1 do CSC) o qual é basicamente composto por normas dispositivas de carácter permissivo. Quer dizer, a própria lei tem o cuidado de regular o funcionamento do conselho de administração, no caso de o contrato de sociedade ser omissivo. Não obstante, o

¹³ Vale, Sofia/ Lopes, Teresinha (2009) - Responsabilidade Civil dos Administradores de Fato das sociedades comerciais.p.3.

https://www.academia.edu/12771770/A_responsabilidade_civil_dos_administradores_de_facto_das_sociedades_comerciais_-_2009

¹⁴ Vale, Sofia, (2015) ob. cit p. 788, “ perante esta multiplicidade de formas de constituição (...) existem três tipos de teses a este propósito: teses contratualistas, as quais sustentam que a relação de administração se funda, em todos os casos, num contrato entre a sociedade e o administrador; teses unilateralistas, as quais sustentam que a relação jurídica de administração se constitui com um ato unilateral da sociedade; teses dualistas, que renunciam à recondução de todos os atos de constituição da relação de administração a um quadro conceptual único, caracterizando alguns atos de designação dos administradores como unilaterais e outros como tendo natureza contratual”.

¹⁵ Cunha, Paulo O. (2019) ob. cit. p. 826.

contrato pode regular de modo diferente aproveitando, portanto a dispositividade (a natureza) da regra relativa a essa matéria¹⁶.

Em Angola a administração das sociedades reconduz-se a dois tipos de atividades a saber: as atividades de gestão e as de representação da sociedade. Que ambas atividades, sem prejuízo de na prática se apresentarem frequentemente associadas, não são necessariamente objecto de associação. Assim, os administradores das sociedades seriam chamados a desempenhar funções de gestão de índole interna, atinentes ao funcionamento da própria sociedade e funções de representação de índole externa, que pressupõem a apresentação da sociedade perante terceiros¹⁷.

Em Angola os administradores deixaram de ser meros mandatários dos sócios e a Administração passou a ser o órgão principal, que detém os poderes efetivos na sociedade¹⁸.

O conselho de administração tem plenos poderes e exclusivos de administração e representação¹⁹ da sociedade (art.º 405.º n.º 2/431.º, n.º 2 do CSC e art.º 425.º n.º 1 da LSC), que fica vinculada aos negócios concluídos (ou ratificados) pela maioria dos respetivos membros, se os estatutos não estabelecerem um numero inferior para esse efeito (art.º 408.º, n.º 1 CSC)²⁰, estes poderes de gestão não podem ser atribuídos a assembleia geral nem por cláusula estatutária, sendo que está só poderá deliberar sobre essas matérias a pedido da administração (373.º, 3 CSC). Caso a assembleia geral delibere sobre matérias de gestão, sem ser a pedido da administração as deliberações são nulas (art.º 56.º n.º 1, al. c) do CSC²¹ e para Angola o art.º 61.º n.º 1, al. c) da LSC) O Legislador na repartição orgânica de poderes, atribuiu à administração poderes exclusivos de gestão, e sendo assim, e afigura-se-nos que a deliberação da assembleia sobre estas matérias a pedido da administração não é vinculativa²².

¹⁶ Cunha, Paulo Olavo (2019) ob. cit. p. 840.

¹⁷ Vale, Sofia/ Lopes, Teresinha, ob. cit. p.4.

¹⁸ Almeida, António Pereira de, (2014) – Direito Angolano das Sociedades Comerciais, 2ª ed., Coimbra Editora, p. 368.

¹⁹ O conselho de administração tem exclusivos poderes de representação da sociedade art.º 405.º n.º 2 do CSC mas o art.º 408.º n.º 1 acrescenta que os poderes de representação são exercidos conjuntamente pelos administradores, isto é, embora a competência deliberativa interna pertença ao conselho da administração a representação efetiva externa fica a cargo dos administradores, Pereira de Almeida, António, (2011) - Sociedades Comerciais, "Valores Mobiliários e Mercado, 6ª Edição, Coimbra Editora, p. 470.

²⁰ Cunha, Paulo Olavo (2019) ob. cit. 884, 885.

²¹ Pereira de Almeida, António, (2011) ob. cit. p.462.

²² Pereira de Almeida, António. ob. cit. p.462.

Os estatutos devem fixar a atividade comercial que a sociedade se dedica, o seu objeto imediato, porém, ao contrario do objeto mediato (finalidade lucrativa) a atividade social não limita a capacidade de direito da sociedade, pois constitui os administradores na obrigação de não praticarem atos estranhos ao objeto estatutário (art.º 6.º, n.º 4 do CSC e art.º 6.º n.º 4 da LSC)²³. Os atos praticados pelos administradores fora do objeto estatutário não são nulos e podem mesmo vincular a sociedade, esta só não ficará vinculada se provar que o terceiro tinha conhecimento ou não podia ignorar que o ato era estranho ao objeto social, não podendo no entanto, a mera publicidade e registo dos estatutos ser prova suficiente desse conhecimento (art.º 409.º n.º 2,3 da CSC e art.º 428.º n.º 1,2 da LSC). Segundo PEREIRA DE ALMEIDA, nem sempre será possível, porquanto de um ato isolado a priori dificilmente se poderá inferir a sua necessidade ou conveniência para a realização do objeto social, sendo que para o efeito ter-se-ão de considerar as circunstâncias que acompanham o ato e colocar o terceiro na posição de um declaratório normal de acordo com a teoria de impressão de declaratório (art.º 236.º do C. civ. PT)²⁴. As cláusulas estatutárias limitativas dos poderes legais normais dos administradores são inoponíveis (art.º 409.º n.º 1 do CSC e art.º 428.º n.º 1 da LSC) ficando, por conseguinte, a sociedade vinculada pelos atos dos administradores ainda que em violação dessas cláusulas, portanto, por maioria de razão, são inoponíveis aos terceiros as deliberações sociais limitativas dos poderes normais dos administradores. A sociedade fica vinculada ainda que o terceiro tivesse conhecimento dessas deliberações, aqui trata-se de um problema de disciplina interna da sociedade, a que é alheio o terceiro e que não afeta a sua boa fé.

Porém, uma coisa é a validade e eficácia do ato praticado pelo administrador, outra a responsabilidade deste quando os atos extravasem o objeto social ou violem cláusulas estatutárias ou deliberações limitativas dos seus poderes. O administrador poderá nesses casos, ter de indemnizar a sociedade por prejuízos resultantes dessa atuação (art.º 72.º CSC, e art.77.º da LSC) ou mesmo sujeitar-se á destituição por justos motivos (art.º 403.º do CSC e art.º 423.º da LSC)²⁵.

Os administradores têm exclusivos poderes de gestão e representação da sociedade e têm as seguintes competências (art.º 406.º do CSC e art.º 425.º da LSC) escolha do presidente,

²³ Pereira de Almeida, António, (2014), Ob. Cit. p.376.

²⁴ Pereira de Almeida, António (2006) ob. Cit. p.423.” este regime que resulta da transposição da 1º diretiva comunitária procura satisfazer as necessidades de celeridade do comercio protegendo terceiros contra a dificuldade de conhecimento das clausulas estatutárias e a incerteza da conformidade dos atos da sociedade com aquelas”.

²⁵ Pereira de Almeida, António, ob. cit. p. 466.

cooptação de administradores, pedido de convocação de assembleias gerais, relatórios e contas anuais, aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade etc. O conselho da administração sem prejuízo da delegação de poderes (art.º 407.º do CSC) mas a representação externa compete aos administradores, sendo que o conselho de administração tem poderes de formar a vontade social e os administradores de declara-la em representação da sociedade. Assim, pode surgir uma dissociação entre poderes deliberativos e representativos, prevalecendo estes nas relações externas e relevando os primeiros nas relações internas.

A Sociedade pode constituir mandatários ou procuradores para a prática de determinados atos ou categoria de atos (art.º 391.º n.º 7 do CSC), os administradores não se podem fazer representar no exercício do seu cargo, salvo por outros administradores quando os estatutos o permitam e valendo cada carta de representação apenas numa reunião (391.º n.º 6 e 410.º n.º 5 do CSC)²⁶. Diferente da representação é a delegação de poderes em que se atribuem a um administrador, poderes que pertencem ao órgão. A delegação de poderes tem de ser feita sempre noutro administrador da sociedade (art.º 401.º do CSC) e provar-se-á sempre pela respetiva ata de deliberação da administração. O facto de os estatutos permitirem a delegação de poderes em algum ou alguns administradores não exclui os poderes do conselho de administração, como órgão delegante, que sempre pode retirar essa delegação e exercer, em qualquer momento, os mesmos poderes, mantendo-se em princípio, todos os administradores responsáveis, não obstante a delegação de poderes. Essas cláusulas podem considerar - se válidas, mas conforme dispõe o art.º 409.º n.º 1 do CSC, são inoponíveis a terceiros, ficando a sociedade vinculada não obstante as limitações estatutárias ou resultante de deliberações sociais. A violação dessas cláusulas estatutárias apenas poderá determinar a responsabilidade civil dos administradores e eventualmente a sua destituição com justos motivos²⁷.

Em Angola a LSC refere, numa perspetiva mais genérica que cabe os administradores das S.A “gerir a sociedade com autonomia” (art.º 425.º, n.º 1, al. b) da LSC) e “deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito à administração da sociedade” (art.º 425º, n.º 2 da LSC). Não obstante a lei atribuir ao órgão de administração a gestão da sociedade, importa aqui referir

²⁶Valles, Edgar (2017) Responsabilidades dos Gerentes e Administradores, 2ª Edição, Editora Almedina, p. 11.

²⁷ Pereira de Almeida, António, (2011) - Sociedades Comerciais,” Valores Mobiliários e Mercado”, 6ª Edição, Coimbra Editora, p. 476.

que, por um lado, a lei não lhe atribui em exclusivo as tarefas de gestão e, por outro lado, ele está legalmente autorizado a delegar atividades de gestão em não administrador^{28, 29}.

A lei estabelece um conjunto de matérias que são insuscetíveis de delegação (art.º 426º, n.º 2 e 425º, n.º 2, al. a) e m) da LSC) sequer em administradores delegados, não devendo por maioria de razão, ser delegadas em entidade terceira. Não é isto, porém que temos visto suceder na prática. De facto, os contratos de gestão que são frequentemente celebrados em Angola atribuem ao gestor competências indelegáveis³⁰, esvaziando o órgão de administração das suas competências nucleares. A delegação de poderes por parte do órgão de administração em terceiros não administradores deverá, para ser válida, respeitar alguns limites. Em primeiro lugar não deverá abranger as matérias do art.º 425º, n.º 2, al. a) a m) LSC, previsto para as S.A, por se tratar em nosso entender de matérias que constituem o núcleo central das competências do órgão de administração. Em segundo lugar a delegação deverá dizer respeito a atos de gestão determinados e não a atos de gestão em geral, “assuntos determinados e específicos” diz o art.º 426.º, n.º 1 da LSC para as S.A e não podendo abranger a gestão corrente da sociedade, sem prejuízo do que ficou dito acima quanto ao contrato de gestão. Em terceiro lugar e em estrita conexão com o requisito anterior, a delegação deverá ter duração limitada, vigorando no máximo enquanto vigorar o mandato da administração (parece-nos de aceitar a caducidade automática da delegação no termo do mandato da administração, salvo ratificação expressa da nova administração eleita). Em quarto lugar a delegação não deve obstar ou impor quaisquer limites, a que a administração retome a qualquer momento essas competências e as exerça efetivamente (as competências da administração delegante e da entidade delegada deverão ser concomitantes).

A observância dos limites acima referidos é essencial para que se respeite o carácter pessoal e a natureza intransmissível do cargo de administrador, sob pena de a administração passar “cheques em branco” a terceiros não administradores, para o exercício das funções de gestão que legalmente lhe são confiadas. E acresce que “é vedado aos administradores fazerem-

²⁸ Pereira de Almeida; António, (2006) Sociedades Comerciais, 4ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, p. 231.

²⁹Nota de rodapé 9- Vale, Sofia/ Lopes, Teresinha, op. cit. p. 5 - Contra, A. PEREIRA DE ALMEIDA, op. cit. p. 231, que considera que a delegação de poderes de administração deve sempre ser feita noutro administrador da sociedade. No entender deste autor, a própria sociedade pode, isso sim, constituir mandatários ou procuradores para a prática de certos atos; mas, neste caso, eles não atuam como representantes pessoais dos administradores, mas da sociedade.

³⁰ Vale, Sofia, Lopes Teresinha, op. Cit. p. 6.

se representar no exercício do cargo para que foram designados” (art.º 411º, n.º 3 da LSC), sem prejuízo da delegação de poderes que podem efetuar dentro dos limites da lei.

No que concerne às funções de representação, cabe em exclusivo à administração (art.º 408.º, n.º 1 do CSC, 425.º, n.º 1, al. a) LSC) representar a sociedade perante terceiros, designadamente, credores, fornecedores, clientes e trabalhadores que com ela se relacionem. A vinculação da sociedade se efetua quando a administração pratica atos em nome da sociedade e dentro dos poderes que a lei lhe confere (art.º 409.º do CSC e art.º 428º da LSC). Por aplicação do disposto no art.º 411.º, n.º 3 LSC deve entender-se que a administração pode delegar poderes de representação da sociedade em mandatários ou procuradores (não administradores da sociedade) para a prática de atos concretos e determinados.

Todavia, é também corrente em Angola, que aos mandatários ou procuradores sejam conferidas procurações através das quais a administração lhes confere para além de poderes específicos para a prática de certas categorias de atos, poderes genéricos para a práticas dos demais atos que entendam necessários para representarem a sociedade. Estas procurações e sem prejuízo do interesse prático que frequentemente possam ter, violam, a nosso entender, os limites plasmados na LSC, na medida em que delegam nos mandatários ou procuradores poderes de representação genérica da sociedade³¹.

1.3 Os deveres dos administradores

“Art.º 64 do CSC - deveres fundamentais:

1-Os gerentes ou administradores da sociedade devem observar:

a) Deveres de cuidado, revelando a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da atividade da sociedade adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado; e

b) Deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, tais como os seus trabalhadores, clientes e credores.”

³¹ Vale, Sofia, Lopes, Teresinha, ob. cit. p.8

Como assinala COUTINHO DE ABREU³², “os administradores têm poderes-função, poderes-deveres, gerem no interesse da sociedade, têm os poderes necessários para promover este interesse”. Na parcela obrigacional os deveres dos administradores são orientados pela relação fiduciária que a gestão de bens e interesses alheios do ente jurídico social implica. Por natureza, essa gestão implica a assunção de riscos para tornar possível a obtenção de lucros. O risco, que se associa à inovação e à criatividade, é um elemento natural e intrínseco das decisões empresariais, que favorecem o interesse social, assim, beneficiam a sociedade e os sócios (as possibilidades de ganho derivadas de uma escolha arriscada, são quase sempre mais consideráveis do que as derivadas de uma escolha menos arriscada). Os deveres impostos aos administradores para o exercício correto da administração começam por ser, como atividade, o dever típico e principal de administrar e representar a sociedade – correspondente passivo dos poderes típicos, e normatizados, da função de administrador, previstos nos art.º 192.º, 1, 252.º, 1, 405.º, 431.º, 1 e 2 do CSC. Este dever genérico, porém, apenas encontra densidade, pela sua indeterminação e amplitude, com a identificação de deveres gerais de conduta, indeterminados e fiduciários, que, ainda que sem conteúdo específico, concretizam o dever típico nas escolhas de gestão e asseguram a sua realização no modo de empreender a gestão³³.

Os administradores no exercício das suas funções, não estão a cuidar de interesses próprios, portanto, devem observar os deveres de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros sujeitos relevantes para a sustentabilidade da sociedade, os seus trabalhadores, clientes e credores. A concatenação do art.º 64.º com os art.º 72.º (CSC) e seguintes, leva PAIS DE VASCONCELOS a propor a distinção e classificação dos deveres fiduciários de gestão em deveres fundamentais de gestão e deveres operacionais de gestão. O regime do n.º 2 do art.º 72.º (alargado depois aos artigos 78.º e 79.º do CSC)³⁴, só tem sentido se o cumprimento dos deveres fundamentais de gestão der lugar à exclusão da responsabilidade que seria emergente da violação de outros deveres que não apenas aqueles. Os deveres fundamentais de gestão contantes no artigo 64.º do CSC e, referido por outras palavras, no n.º 2 do artigo 72.º do CSC. O gestor deixe de ser responsabilizado pela violação dos deveres operacionais de gestão, mas não pela violação de deveres vinculados na

³² Costa, Ricardo, (2011) Deveres gerais dos administradores e “gestor criterioso e ordenado”, in I congresso direito das sociedades em revista, editora Almedina, Coimbra, p.p.161, 162,163,164.

³³ Abreu, Jorge M. Coutinho (2017) Código das Sociedades Comerciais em comentário. 2.º edição, IDET, Editora Almedina p. 766,767.

³⁴ Pais de Vasconcelos, Pedro, (2009) - Business judgment, deveres de cuidado e de lealdade, ilicitude e culpa e o artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais, In “Direito das sociedades em Revista” p. 65.

administração. Portanto, é útil afastar, desde logo, a violação de deveres vinculados, a administração cuja ilicitude não é excluída, nem pelo n.º 2 do artigo 72.º do CSC, nem pela prova do respeito do artigo 64.º do CSC.

Alguns deveres vinculados do gestor na administração: - Dever de não ultrapassar o objeto social previsto no artigo 6.º n.º 4 do CSC; - Dever de não distribuir aos sócios os bens sociais distribuíveis, constante dos artigos 31.º a 33.º do CSC; - Dever de convocar ou requerer a convocação da assembleia geral em caso de perda de metade do capital, previsto no artigo 35.º do CSC; - Dever de não exercer por conta própria ou alheia, sem consentimento da sociedade, atividade concorrente com a desta (398.º n.º 3 do CSC); - Dever de promover a realização das entradas em dinheiro diferidas (285.º do CSC); - Dever de não adquirir para a sociedade, em certas circunstâncias, Ações; - Dever de não executar deliberações nulas do órgão de administração (412.º n.º 4, 433.º n.º 1 do CSC); Dever de prestar declarações exatas nas atas e sem deficiências relevantes para a constituição da sociedade (71.º n.º 1 CSC); Dever de não praticar atos que traduzam o preenchimento de crimes não societários (em especial, os previstos e punidos pelos art.º 227.º, 227.º-A, 228.º e 229.º do C. Penal); Dever de cumprir as obrigações de que a sociedade é devedora em relação à Administração Fiscal e à Segurança Social (nomeadamente, v. art.º 22.º e 24.º da LGT e 8.º do RGIT). Além dos deveres cuja fonte é o CSC, há que considerar os que se encontram dispersos pelo sistema jurídico³⁵.

Segundo RICARDO COSTA³⁶ os deveres fundamentais dos administradores podem reconduzir-se a três categorias: o dever de cuidado; dever de diligência; dever de lealdade.

- *Os deveres de cuidado*: o art.º 64.º, n.º 1 al. a) do CSC, consistem na obrigação de os administradores cumprirem com diligência as obrigações derivadas do seu ofício-função, assim como as prescrições e imposições (legais, negociais e delituais) que incidem sobre a atividade social, de acordo com o máximo interesse da sociedade e com comportamento que se espera de uma pessoa medianamente prudente em circunstâncias e situações similares³⁷. Este dever de cuidado, que é aferido em função da situação concreta, impõe ainda ao administrador que tenha

³⁵ Considere-se por exemplo, o dever de os administradores requererem a insolvência da sociedade em certas circunstâncias (art.º 18.º e 19.º do CIRE), ou o dever do órgão da sociedade visada por uma oferta pública de aquisição de « não praticar atos suscetíveis de alterar de modo relevante a situação patrimonial» desta art.º 182.º n.º 1 do CVM) segundo Elisabete Gomes Ramos, Maria,(2010)- O seguro de responsabilidade civil dos administradores “ Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura”, Tese de Doutoramento, Editora Almedina, p. 104-105.

³⁶ COSTA, Ricardo, (2011) ob. cit. p. 167-182.

³⁷ Abreu, Jorge M. Coutinho (2017) ob. cit. p. 772.

um efetivo conhecimento dos assuntos sociais, devendo, por um lado, acompanhar e supervisionar a atividade da sociedade e, por outro lado, obter a informação que seja necessária à sua tomada de decisão. Assim, para se aferir se um determinado administrador cumpriu o dever de cuidado que sobre si impendia em relação a uma decisão que tomou, há que aquilatar, por exemplo da complexidade da decisão do grau de risco da decisão e da urgência com que esta deveria ser tomada. Este dever encontra-se prescrito no primeiro segmento da al. a) do n.º 1 do art.º 64.º do CSC, ao impor aos administradores: “deveres de cuidado, revelando a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da atividade da sociedade adequados às suas funções”.

- *O dever de diligência*: o art.º 64.º, n.º 1 al. a) CSC, enuncia o dever de diligência, no seio dos deveres de cuidado. Mas, a diligência integra-se na culpabilidade, embora esta, numa perspetiva objetiva, possa contribuir para avaliar os deveres de cuidado. A diligência é o elemento subjetivo que está ligado a toda a atividade de administração da sociedade. O dever de diligência está associado à obrigação de administração e repare-se que o padrão de referência não é o “*bónus pater familiae*” de direito civil (art.º 487.º, n.º 2, e 799.º, n.º 2 do C. civ. PT), mas a figura abstrata de um “*gestor criterioso e ordenado*” naturalmente com maior discricionariedade, mas mais exigente, tendo em atenção as importâncias incumbências atribuídas aos administradores (art.º 64.º, n.º 1 al. a) in fine do CSC), porém este padrão de referência tem particular importância no que respeita à avaliação de justos motivos para a destituição, ou da culpabilidade para efeitos de responsabilidade³⁸.

- *Dever de lealdade*: o art.º 64.º n.º 1 al. b) do CSC, impõe ao administrador que atue exclusivamente tendo em conta o interesse social, afastando possíveis conflitos de interesse. Deste dever de lealdade decorrem, por exemplo, a obrigação de não concorrer com a sociedade, a obrigação de não utilizar informação interna ou negócios da sociedade em proveito próprio e a obrigação de transparência, mantendo informados os demais administradores, sócios e o público de factos relevantes de natureza não confidencial. Na aferição do cumprimento do dever de lealdade pressupõe a definição de interesse social, perfilam-se duas teorias: A teoria contratualista defende que o interesse da sociedade não é mais do que o interesse dos sócios enquanto tal, que realizaram as suas entradas e pretendem vê-las remuneradas de modo a que

³⁸ Pereira de Almeida, António, (2011) - *Sociedades Comerciais*, “Valores Mobiliários e Mercado”, 6ª Edição, Coimbra Editora, p. 256-259.

lhes seja distribuído o mais elevado lucro possível. Já a teoria institucionalista advoga que o interesse social deve ser entendido como o interesse da própria sociedade, como instituição que é, como empresa, devendo atender-se não só aos interesses dos seus sócios, mas também aos dos trabalhadores, pois encontra-se expressamente consagrado na al. b) do n.º 1 do art.º 64.º do CSC, e deve ser entendido no sentido de o administrador atuar de acordo com o interesse social, evitando situações de conflito de interesses. Os deveres de lealdade na análise de COUTINHO DE ABREU, desdobra-se em: a) Correção na contratação estabelecida entre os administradores e a sociedade; b) Não concorrência com a sociedade; c) Não aproveitamento em benefício próprio de oportunidades de negócios societários, assim como de bens ou informações da sociedade; d) Não abuso do estatuto ou posição de administrador. Perante a discricionariedade empresarial reconhecida ao órgão de administração, perante os processos de ponderação de interesses que a prossecução do interesse social pressupõe, parece mostrar-se necessário, justamente, incorporar a dimensão procedimental na reflexão em torno dos deveres fiduciários. Aquela dimensão pode contribuir para garantir a racionalidade das decisões em ambiente de discricionariedade e daí os deveres fiduciários serem integrados por deveres de informação, controlo, motivação, consulta e de organização dos processos internos de decisão³⁹.

Para Angola, a LSC confere competências próprias e exclusivas ao conselho de administração que são indelegáveis à Assembleia Geral ou a terceiros, pois a administração é pessoal e intransmissível, não podendo os administradores fazer-se representar por terceiros no exercício do seu cargo. A administração pode apenas delegar num ou noutro administrador a gestão de assuntos determinados e específicos. Cfr. o art.º 426.º da LSC.

Os administradores estão também vinculados a atuar em conformidade com o que foi validamente deliberado pelos sócios da sociedade (e pelo conselho fiscal ou fiscal único, quando exista). Segundo COUTINHO DE ABREU⁴⁰, neste caso, não estão em causa deveres contratuais, mas sim deveres legais ou estatutários, porquanto as competências deliberativas dos sócios resultam ou diretamente da lei ou dos estatutos da sociedade. E o mesmo se diga em relação a deveres impostos aos administradores pelo contrato de sociedade, deveres que não decorram das disposições da LSC, como por exemplo o de apresentar à assembleia de sócios

³⁹ Ramos, Maria Elisabete Gomes (2010) - O seguro de responsabilidade civil dos administradores “Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura”, cit., p. p 109-111.

⁴⁰ Abreu, J.M. Coutinho (2006) Governação das Sociedades Comerciais, Almedina, Coimbra, p. 37.

relatórios trimestrais das atividades desenvolvidas. Tudo isto se enquadra na liberdade que aos sócios assiste de conformar o contrato de sociedade.

Em Angola a LSC quer outros diplomas legais, impõe aos administradores das sociedades inúmeros deveres em concreto, que variam consoante o tipo de sociedade. Estamos, assim, perante os chamados deveres gerais dos administradores que, segundo a doutrina se reconduzem a três categorias: dever de cuidado⁴¹, dever de lealdade e dever de diligência⁴². Estes deveres não se encontram especificados no art.º 69.º da LSC, mas são um corolário do dever geral de diligência, geralmente aceite pela doutrina Portuguesa como paradigma das “*best practices of corporate governance*”. Todavia, o art.º 64.º do CSC na sua atual redação, veio densificar o conteúdo dos deveres gerais dos administradores, enunciando aquele quadro.

Mas, outros deveres de conteúdo específico impendem sobre os administradores, como sejam, o dever de não distribuir dividendos fictícios (art.º 32.º LSC), o dever de relatar a gestão e apresentar contas (art.º 70.º e ss. da LSC), o dever de estar presente em assembleias gerais (art.º 399.º, n.º 4 LSC), etc.,⁴³.

Uma vez que procuramos a noção de interesse social para efeitos de determinação do dever de lealdade que impende sobre os administradores, há que chamar à colação o art.º 69.º LSC que estatui que “os administradores de uma sociedade devem atuar no interesse desta com a diligência de um gestor criterioso e sem prejuízo dos interesses dos sócios e dos trabalhadores”. O dever de diligência apresenta-se, no direito angolano, como uma norma de conduta que deve guiar toda a atuação do administrador. Ela serve de referência para a determinação do grau de esforço que se impõe ao administrador para a execução do seu poder-dever de administrar⁴⁴. O mesmo é dizer que o critério para aferir do cumprimento do dever de lealdade por parte dos administradores deve assentar no respeito pelo interesse da sociedade-instituição-empresa enquanto tal subjacente às suas decisões.

⁴¹ O legislador angolano não fez qualquer menção expressa ao dever de cuidado no art.º 69.º da LSC. Vale, Sofia, (2014) - Os deveres dos administradores das sociedades nos direitos angolano e português: estudo de direito comparado, p. 10.

https://www.academia.edu/12771512/Os_deveres_dos_administradores_das_sociedades_nos_direitos_angolano_e_portugues_estudo_de_direito_comparado_-_2014...15.07.2019.

⁴² Vale, Sofia/Lopes, Teresinha, ob. cit. p 10.

⁴³ Pereira de Almeida, António, (2014) ob. Cit. P.182.

⁴⁴ Vale, Sofia, (2014) – ob. Cit. e site, p. 8.

No ordenamento jurídico Angolano o dever de diligência está associado à obrigação de gestão, mas repare-se que o padrão de referência não é o "*bonus pater familiae*" do direito civil (art.º 487.º n.º 2, e 799.º, n.º 2, do C. Civ. Ao), mas a figura abstrata de um "*gestor criterioso e ordenado*", naturalmente com maior discricionariedade, mas mais exigente, tendo em atenção as importantes incumbências atribuídas aos administradores. No sistema jurídico angolano, vigora o princípio da insindicabilidade do mérito das decisões de gestão, pelo que os tribunais se devem circunscrever a averiguar os pressupostos da responsabilidade civil, nomeadamente se os administradores procederam com o cuidado e a diligência devidas. Apenas poderão fazer incorrer em responsabilidade os comportamentos dos administradores que não sejam razoáveis, de acordo com o princípio do "*business judgment rule*"^{45, 46}.

Acresce que o atual regime do CSC não só autonomiza formalmente deveres de cuidado de deveres de lealdade (art.º 64.º n.º 1, al. a) e b) do CSC) como lhes assinala conteúdos e regimes distintos. Veja-se que o art.º 72.º n.º 2 do CSC⁴⁷, não é aplicado em situações de conflitos de interesses (que prefiguram a violação do dever de lealdade). Pois, parece que a legislação portuguesa trata mais severamente a violação dos deveres de lealdade do que dos deveres de cuidado. Na verdade, são diferentes os incentivos ao incumprimento dos deveres de cuidado e de lealdade. Argumenta-se que a preocupação fundamental de qualquer sistema de responsabilidade civil dos administradores há de ser a violação do dever de lealdade porque é esta que rende mais ganhos aos infratores. De modo diverso, com a violação do dever de cuidado, o administrador poupa atenção, disponibilidade, mas não obtém um rendimento patrimonial direto. Acontece que a violação do dever de lealdade envolve condutas pouco

⁴⁵O art.º 72.º, n.2 do CSC, business judgment rule significa esta regra que o mérito de certas decisões dos administradores não é julgado pelos tribunais com base em critérios de razoabilidade, mas segundo critério de avaliação excepcionalmente limitado... Abreu, J.M. Coutinho (2017) ob. cit. p. 903.

⁴⁶ Pereira de Almeida, António, (2014) ob. Cit. p. 185.

⁴⁷ Assim é uma vez que o artigo 72.º, 2, deve aplicar-se sempre, mas só, quando haja uma margem considerável de discricionariedade e autonomia na atuação do administrador – correspondendo a atos propriamente de gestão – e consequente realização do interesse da sociedade. O administrador, enquanto tal e credor dessa margem, “goza espaço de irredutível autonomia decisória, de poder de iniciativa”, (...) A business judgment rule perdoa aos administradores um mau resultado, um erro cometido no exercício minimamente cuidadoso dos seus poderes discricionários, ainda que se trate de erros consideráveis de gestão e evitáveis por outros administradores, mas justificados por escolhas imprudentes ou por deficiências de juízo (valorações incorretas, equívocos técnicos, etc.) Deve entender-se que, se assim for, os administradores respeitaram as suas obrigações legais e a sua conduta, no que respeita ao mérito das suas escolhas, é, em parte (na da razoabilidade enquanto garante de adequação e conveniência), insuscetível de sindicção pelo juiz, Costa, Ricardo(2018),” *A business judgment rule na responsabilidade societária: entre a razoabilidade e a racionalidade*” Colóquio internacional governação das sociedades, responsabilidade civil e proteção dos administradores, universidade de Coimbra, IDET p. 106.

visíveis, que tendem a ocorrer no fim do mandato dos administradores e a extração de benefícios ilegítimos é propiciada pelo controlo exercido pelo administrador⁴⁸.

No ordenamento jurídico Angolano, apesar de só o dever de diligência e o dever de lealdade resultarem expressamente do enunciado do art.º 69.º da LSC “os administradores de uma sociedade devem atuar no interesse desta com diligência de um gestor criterioso e sem prejuízo dos interesses dos sócios e dos trabalhadores”, deve entender-se que o dever de cuidado se encontra aí implícito, porquanto ínsito ao conteúdo nuclear das atividades de gestão de uma sociedade⁴⁹. O dever de lealdade apresenta uma ligação inequívoca ao interesse social que a doutrina nacional (angolana) reconduz ao interesse comum aos sócios⁵⁰.

1. 4. A Responsabilidade civil dos Administradores

Os administradores podem, no exercício das suas funções, por ação ou omissão com preterição dos deveres legais ou contratuais, causar danos à sociedade, sócios e a terceiros. A sociedade responde por estes danos perante terceiros, nos termos em que os comitentes respondem pelos atos dos comissários (art.º 6.º n.º 5 do CSC e 500.º do C. civ. PT e art.º 6.º, n.º 5 da LSC, e 500.º do C. civ. AO). A responsabilidade da sociedade é objetiva (não depende de culpa) mas só terá lugar quando sobre o administrador também recaia a obrigação de indemnizar (art.º 500.º, n.º 1 do C. Civ. PT e art.º 500.º n.º 1 do C. civ. AO). Sem prejuízo da responsabilidade civil que recai sobre os administradores, a lei prevê ainda que os seus comportamentos lesivos possam dar origem a responsabilidade penal, em casos mais graves, tais como a falta de cobrança de entradas de capital (art. 509.º do CSC, art.º 498.º LSC), a aquisição ilícita de ações (art.º 510.º do CSC, art.º 499.º L.S.C), a amortização ilícita de quotas ou ações (art.º 511.º, 512.º do CSC e 500.º, 501.º e 502.º LSC), a distribuição ilícita de bens da sociedade (art.º 514.º CSC e 503.º LSC), o desrespeito pelas regras aplicáveis às assembleias gerais (art.º 515.º, 516.º, 517.º 518.º, 519.º do CSC e 504.º, 505.º, 506.º, 507.º, 508.º, 509.º e 510.º da LSC), entre outras.

A responsabilidade dos administradores funda-se na culpa é subjetiva ainda que a culpa se presuma (art.º 72.º, n.º 1 CSC e art.º 77.º n.º 1 da LSC). Uma vez que, se verificados os

⁴⁸Ramos, Maria Elisabete, (2015) - Riscos de responsabilização dos administradores – Entre a previsão legislativa e a decisão jurisprudencial, in *Direito das sociedades em Revista*, vol.13, p.87.

⁴⁹ Vale, Sofia, Lopes, Teresinha, ob. cit. p. 12.

⁵⁰ Vale, Sofia, (2014), Os deveres dos administradores das sociedades no direito angolano e português: estudo de direito comparado. p. 9.

pressupostos da responsabilidade civil, facto ilícito, culpabilidade, prejuízos, nexo de causalidade, o administrador é responsável.

Qualquer cláusula que exclua ou limite a culpa dos administradores, quer perante a sociedade, quer perante terceiro é nula (art.º 74.º, n.º 1 CSC e art.º 79.º da LSC). O CSC e a LSC, inclui normas sobre a responsabilização dos administradores, estatuinto uma série de sanções penais e de mera ordenação social (art.º 509.º e seguintes do CSC e art.º 498.º s.s. da LSC). Por outro lado, ocorrendo “*culpa in elegendo*”, os sócios que designaram os administradores, verificadas certas condições, podem ser subsidiariamente responsáveis com o administrador faltoso (art.º 88.º n.º 1 e 3 da LSC⁵¹ o disposto se aplica no CSC, art.º 83.º n.º 1 e 3,4).

A responsabilidade dos administradores verifica-se para com: Sociedade, art.º 75.º a 77.º do CSC e art.º 80.º e 82.º da LSC; Sócios e terceiros- art.º 79.º do C.SC e art.º 84.º da LSC; Credores sociais em particular – art.º 78.º do CSC, e art.º 83.º da LSC.

Existe também responsabilidade de outras pessoas a quem sejam confiadas funções de administradores nos termos do art.º 80.º do CSC e art.º 85.º da LSC. De referir que a responsabilidade de cada administrador deve ser caucionada, por caução ou contratação de seguro, podendo ser dispensado em casos específicos (art.º 396.º, n.º 3 do CSC e 417.º da LSC).

1.4.1. Responsabilidade para com a sociedade

A responsabilidade dos administradores para com a sociedade é subjetiva, isto é, baseia-se na culpa, ainda que esta se presuma, ao contrário da responsabilidade objetiva, em que a culpabilidade não é elemento essencial. Dada a posição que tomamos quanto à natureza contratual da relação de administração, a responsabilidade aqui é também obrigacional e não aquiliana⁵². O art.º 72.º, n.º 1 do CSC e art.º 77.º n.º 1 da LSC, responsabiliza os administradores pela preterição dos deveres legais ou contratuais. Sabemos que a lei não oferece o catálogo dos deveres que, em cada situação, em cada decisão, devem ser observados pelos administradores. Seria aliás, contraproducente que o fizesse porque limitaria a inovação e o arrojo necessário à administração das sociedades. A sociedade tem o ónus da prova dos danos e nexo de

⁵¹ Pereira Almeida, António, et alli, (2014) Direito Angolano das Sociedades Comerciais, Coimbra Editora, 2ª edição, p. 200.

⁵² Almeida, António Pereira, (2006) – Sociedades Comerciais, 4ª edição, Coimbra editora, p.240.

causalidade (com o alegado facto ilícito culposo) e o administrador tem o ónus de prova da inexistência de ilicitude e de culpa. Os pressupostos da responsabilidade são:

- Facto ilícito: pode consistir na violação do contrato ou da lei, por ação ou omissão. A violação do contrato pode consistir na violação dos estatutos da sociedade, na violação de obrigações ou condicionalismos constantes das deliberações (ata) de nomeação ou de quaisquer cláusulas de contrato de administração. A violação da lei pode determinar a responsabilidade contratual, uma vez que o contrato de administração é complementado por disposições legais, tanto imperativas como supletivas, quer do código das sociedades comerciais, quer do código comercial, quer do código civil. O CSC estabelece uma série de obrigações funcionais dos administradores, cuja a inobservância poderá ser fonte de responsabilidade dos administradores para com a sociedade (art.º 65.º e seguintes do CSC). A ilicitude da conduta lesiva da sociedade pode, por outro lado, decorrer da violação dos deveres contratuais do administrador. Contudo, a interpretação deste segmento do preceito não é clara. É, designadamente, pouco claro qual o contrato em causa: o eventual contrato de administração celebrado entre o administrador e a sociedade, ou o contrato de sociedade.

Em Angola, a consideração do elemento histórico da interpretação deixa claro que os deveres contratuais no n.º 1 do art.º 77.º da LSC, são os deveres estabelecidos nos estatutos das sociedades. Demonstra o facto de o art.º 77.º da LSC ter inspiração patente no art.º 72.º do CSC português⁵³.

A este argumento acresce que, se o art.º 77.º, n.º 1 da LSC não fosse interpretado como estabelecendo uma norma de responsabilidade também para a violação dos estatutos, não haveria uma base legal expressa para a responsabilização dos administradores pelos danos que estes causassem às sociedades através de comportamento contrários aos estatutos da sociedade, ao passo que a responsabilidade pela violação de obrigações decorrentes do contrato de administração sempre decorreria, nos termos gerais dos art.º 798.º e seguintes do C. civ. AO. Assim, a interpretação da referência a «deveres contratuais», no texto do art.º 77.º, n.º 1 da LSC, como reportando - se aos deveres decorrentes do contrato de sociedade, é a interpretação que maximiza a ideia, transversal ao ordenamento jurídico, de que os danos ilicitamente causados devem ser indemnizados por quem os causa⁵⁴. Ainda quanto aos possíveis fundamentos de

⁵³ Vale, Sofia, (2015), ob. Cit. p.811, 812.

⁵⁴Vale, Sofia -(2015) nota rodapé n.º 3, p. 812 - Neste sentido, defende que a referência dos deveres contratuais incluiria todos os deveres privados(....) A relevância desta querela doutrinária é, porém, diminuta, na medida em

ilicitude que constituam os administradores em deveres de indemnizar a sociedade, cabe referir que os deveres dos administradores não decorrem exclusivamente da lei e dos estatutos societários. Pelo menos duas outras fontes de deveres dos administradores não podem deixar de ser indicadas, designadamente: as deliberações dos sócios; o contrato de administração.

De facto, frequentemente, os administradores encontram-se vinculados a respeitar as deliberações dos sócios (art.º 425.º, n.º 1, al. b) do LSC. Contudo, as deliberações sociais não podem ser qualificadas como contratos, pelo que a recondução direta dos deveres constituídos por deliberações sociais seria incompatível com o elemento literal do art.º 77.º, n.º 1 da LSC. Mas nem por isso a violação de deveres constituídos por deliberações sociais deixa de ser suscetível de se tornar fundamento de responsabilidade dos administradores perante a sociedade⁵⁵.

- Culpabilidade: para que os danos causados pelos administradores à sociedade sejam indemnizáveis, é ainda necessário que o comportamento lesivo, para além de ilícito, seja culposo. A responsabilidade dos administradores perante as sociedades tem, pois, carácter subjetivo. A culpa presume-se, conforme resulta do disposto no art.º 72.º do CSC e art.º 77.º n.º 1 da LSC, o administrador apenas pode ser responsabilizado por ilícitos praticados com dolo ou negligência, embora o ónus da prova da sua ausência recaia aqui sobre o próprio titular (art.º 72.º n.º 1, “in fine” do CSC), mormente através do teste de resistência da chamada “business judgment rule”⁵⁶ (art.º 72.º n.º 2 do CSC, art.º 77.º n.º 2 da LSC)⁵⁷ sendo vários administradores responsáveis, a responsabilidade é solidaria, mas, nas relações internas, existirá o direito de regresso na medida das respetivas culpas e consequências que delas advierem, presumindo-se iguais as culpas (art.º 73.º CSC, art.º 78.º da LSC)⁵⁸.

que os resultados praticados aos quais se chega seguindo cada uma das posições idênticas. A diferença verifica-se no seguinte: interpretando – se restritamente a expressão «deveres contratuais» como referindo-se aos deveres estatutários, os deveres decorrentes do contrato de administração são indemnizáveis com base na regra de direito comum presente no art.º 798.º do C.civ.AO, ao passo que numa interpretação lata desse preceito a norma que constitui fundamento à responsabilidade do administrador pela violação de obrigações marcadas no contrato de administração será próprio art.º 77.º da LSC.

⁵⁵ Vale, Sofia, (2015) ob. cit., p.812,813.

⁵⁶ Engrácia Antunes, José, (2013) - Direito das sociedades, 4.ª edição, Porto editora, p.337.

⁵⁷ Vale, Sofia, (2015), ob. cit. p. 814. A colocação da questão nestes termos demonstra a essencialidade da identificação do nível de diligência exigível aos administradores das sociedades comerciais. Ao passo que, no domínio civil, esta exigência é estabelecida pelo critério do bom pai de família (art.º 487.º, n.º 2, aplicável por remissão do art.º 799.º, n.º 2, ambos do C. civ. AO) no domínio da responsabilidade civil dos administradores das sociedades comerciais este critério é mais exigente: aos administradores das sociedades comerciais será exigida a diligência de um gestor criterioso (art.69.º da LSC)

⁵⁸ Valles, Edgar, ob. Cit. p. 14.

- Nexo de causalidade: para que os administradores das sociedades comerciais se encontrem adstritos a indemnizar a sociedade, é, ademais, necessário que o seu comportamento ilícito e culposo cause um dano à sociedade e que esse dano seja objetivamente imputável ao comportamento do administrador, ou seja, que exista um nexos de causalidade entre o comportamento do administrador e o dano sofrido pela sociedade. segundo EDGAR VALLES, “entre nós” Portugal é dominante na doutrina e na jurisprudência com apoio no disposto pelo art.º 563.º do C. Civil PT, a teoria da causalidade adequada, de acordo com a qual, para que exista nexos de causalidade entre o facto e o dano, é indispensável não só que em concreto o facto tenha sido condição “sine qua non” do dano, mas também que, em abstrato, seja adequado, de acordo com o curso normal das coisas a produzir aquele resultado, o que passa por juízo de prognose póstumo”. Contudo, o art.º 77.º da LSC não apresenta qualquer especificidade relevante face ao regime comum da responsabilidade por factos ilícitos. Importa, não obstante, lembrar que os danos indemnizáveis abrangem, nos termos do art.º 564.º do C. Civ. AO, tanto os danos emergentes (na desvalorização do património societário em virtude de ato ilícito do administrador), quanto aos lucros cessantes (correspondentes à valorização do património societário que deixa de ter lugar como consequência do ato ilícito do administrador)⁵⁹.

- Prejuízo: o dano é sempre um pressuposto de responsabilidade. A conduta ilícita do administrador só dará lugar a responsabilidade se advierem prejuízos. Os danos a ter em conta são aqueles que somente não se teriam verificado se não fosse a conduta ilícita do administrador. Devem reparar-se tantos os danos emergentes (prejuízos diretamente causados a sociedade) como lucros cessantes (benefícios que a sociedade deixou de obter)⁶⁰.

As ações sociais são mecanismos de efetivação da responsabilidade civil dos administradores perante a sociedade. Estão previstas nos art.º 75.º a 77.º do CSC e 80.º a 82.º da LSC,

Nestes preceitos não se encontram regulados os requisitos de cuja verificação depende a vinculação dos administradores a indemnizar a sociedade. Essa função é desempenhada, como se referiu, pelo art.º 72.º do CSC e 77.º da LSC. Aqui está em causa a competência interna para

⁵⁹ Vale, Sofia (2015), ob. cit. p. 814, 815.

⁶⁰ Valles, Edgar, ob. Cit. p.16

a decisão da propositura da ação – as regras aí estabelecidas valem tanto para a proposição da ação junto de tribunal judicial, quanto para proposição da ação junto do tribunal arbitral⁶¹.

Tem de existir uma deliberação social para que seja proposta a ação, sendo ação da sociedade, art.º 75.º, n.º 1 do CSC e art.º 80.º e 81.º da LSC. Basta que seja tomada por maioria simples dos votos emitidos validamente (está impedido de votar o administrador cuja responsabilidade esteja em causa e que seja sócio). A ação deve ser proposta no prazo de seis meses a contar da deliberação que a autorizou. Porém ultrapassado aquele prazo, é certo que ação pode ser proposta por sócios (art.º 77.º n.º 1) ou por credores da sociedade (art.º 78.º n.º 2) do CSC.

As sociedades são em regra representadas pelos respetivos administradores. Ora, faz pouco sentido que a sociedade seja representada na ação de responsabilidade pelo administrador (ou também por ele) contra qual é proposta a ação. E quando o órgão administrativo seja plural e nem todos os administradores sejam acionados, pode ser conveniente não deixar a estes a representação da sociedade em juízo. Permite por isso a lei que para este efeito sejam nomeados representantes especiais pelos sócios, mediante deliberação ou pelo tribunal, a requerimento de um ou mais sócios que possuam participações correspondentes a pelo menos 5% do capital social (art.º 76.º do CSC)⁶². Ao contrário a LSC refere no seu art.º 81.º n.º 1 “(...) a requerimento de um ou mais sócios cujas participações sociais correspondam, pelo menos 10% do capital social”. A lei previu três modalidades diferentes de ação de indemnização tendente à efetivação judicial desta responsabilidade civil dos administradores. Assim, para além da comum ação social “*uti universi*” – ação judicial proposta pela própria sociedade, com base em deliberação da Assembleia Geral (art.º 75.º e 76.º do CSC e art.º 80.º e 82.º da LSC) – o legislador previu ainda a título subsidiário as figuras de ação social “*ut singuli*”- ação social que, tendo em vista designadamente superar uma eventual inércia dos sócios majoritários e tutelar as minorias, pode ser proposta por sócios que sejam titulares de percentagem igual ou superior de 5% do capital social (art.º 77.º, n.º 1 do CSC)- e da ação sub-rogatória dos credores sociais – ação social que tem agora em vista debelar a inação da sociedade ou dos sócios na efetivação judicial dos direitos indemnizatórios daquela contra os respetivos administradores (art.º 78.º n.º 2 do CSC e 606.º a 609 do C. civ. PT) ⁶³. Em Angola, a LSC no art.º 82.º n.º 1, ação *ut singuli*, os sócios

⁶¹ Vale, Sofia (2015) ob. cit. p. 819,820.

⁶² Coutinho de Abreu, J. M., (2010) - Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, 2.ª edição, IDET, Editora Almedina, p. p 60,61.

⁶³ Engrácia Antunes, José (2015) - Direito das sociedades, 5ª edição, Porto Editora, p. p 344, 345.

cujas participações sociais correspondam a pelo menos dez por cento (10%) do capital social podem propor ação de indemnização contra os administradores, tendo em vista a indemnização do dano sofrido pela sociedade. Esta ação tem, porém, carácter subsidiário face à ação *ut universe*: apenas pode ser intentada se os sócios não tiverem deliberado propor a ação de responsabilidade civil, nos termos do art.º 80 da LSC⁶⁴. Mas, como se trata sempre de uma ação social, ela aproveita à sociedade e indiretamente a todos os sócios e não apenas àqueles que a promoveram.

Perguntar-se-á, então, qual é o interesse da minoria dos sócios em promover tal ação e se não lucrariam mais com a propositura de uma ação pessoal. Os pressupostos das duas ações são diferentes: enquanto a ação pessoal pressupõe a existência de prejuízos diretos causados aos sócios a ação social funda-se em prejuízos causados à sociedade; estes naturalmente que indiretamente afetam os sócios. A minoria que intenta a ação social “*ut singuli*” poderá ter sofrido prejuízos diretos e, então, poderá acumular esta ação com a pessoal. De qualquer forma, a ação social “*uti singuli*” ao aproveitar à sociedade também beneficia indiretamente todos os sócios e daí o interesse que a minoria terá em promove-la. Como se trata de uma ação social promovida pelos sócios, é natural que a sociedade nela possa intervir, à semelhança, alias do que se passa com qualquer ação sub-rogatória – art.º 608 do C.civ. AO. Esse chamamento está previsto no art.º 82.º, n.º 4 da LSC⁶⁵.

Segundo MARIA ELISABETE RAMOS, em Portugal, não é expressivo o risco de litigância fútil, e estratégia dirigida contra os administradores⁶⁶. Na experiência norte-americana, é conhecido o fenómeno das «strike suit» em que o autor, propondo uma ação derivada (derivative action) destituída de fundamento, consegue extrair (extorquir) uma transação (settlement), que irá render (em particular, ao(s) advogado (s)) um importante benefício. O CSC prevendo que há riscos, embora consideravelmente menores de que a ação social promovida pelas minorias conheça utilizações patológicas, movidas por intuítos fúteis de estratégica desestabilização do desempenho dos administradores, contemplou medidas de salvaguarda destes. Determina, assim, o art.º 77.º, n.º 5 do CSC, que «se o réu alegar que o autor propôs ação (social de responsabilidade *uti singuli*) para prosseguir fundamentalmente interesses diversos dos protegidos por lei, pode requerer que sobre a questão assim suscitada

⁶⁴ Vale, Sofia, (2015) ob. Cit. p. 822.

⁶⁵ Pereira de Almeida, António, (2014) ob. Cit p.210.

⁶⁶ Elizabete Ramos, Maria, (2010) ob. cit. p. 197.

recaia decisão prévia ou que o autor preste caução»⁶⁷ o art.º 82.º n.º 5 da LSC defende a mesma posição.

Existem algumas causas de justificação que delimitam, negativamente, a responsabilidade civil. O art.º 72.º n.º 5 do CSC, estabelece uma verdadeira causa de justificação “a responsabilidade dos administradores para com a sociedade não tem lugar quando o ato ou omissão assente em deliberação dos sócios, ainda que anulável”. Esta causa não “funciona” com os credores da sociedade nem na responsabilidade direta para com terceiros.

No ordenamento jurídico Angolano o art.º 77.º, n.º 2, da LSC afirma que «não são responsáveis pelos danos resultantes de uma deliberação colegial os administradores que a não tenham votado ou tenham votado vencido». Contudo, a não participação na deliberação danosa não é condição suficiente da isenção do administrador de um órgão de administração coletiva da responsabilidade pelos danos infligidos à sociedade. Nos termos do art.º 77.º, n.º 3, da LSC, «... administradores da sociedade que não tenham exercido o direito de oposição que a lei lhes confere, quando estavam em condições de o exercer, respondem solidariamente, pelos atos a que poderiam ter-se oposto». Está aqui em causa uma forma de responsabilidade civil por omissão de um dever de evitar a materialização de danos para a sociedade – o qual não é senão uma concretização do dever de prossecução do interesse social ⁶⁸. Para que haja efetivação da responsabilidade dos administradores é necessário que seja proferida sentença judicial de condenação dos administradores responsáveis no pagamento de uma indemnização à sociedade⁶⁹.

1. 4. 2. Responsabilidade para com os sócios e terceiros

Não existe qualquer relação contratual entre os administradores, sócios ou terceiros, sendo a responsabilidade delitual⁷⁰. Pensamos que a responsabilidade fundada na violação de normas de proteção de sócios ou terceiros e de direitos absolutos de sócios ou de terceiros é de natureza delitual. Não há, em regra, obrigações específicas que liguem os administradores a sócios ou a terceiros. E, por conseguinte, sócios e terceiros que demandem os administradores ao abrigo do

⁶⁷ Ramos, Maria Elisabete, (2010) ob. Cit. 197, 198.

⁶⁸ Vale., sofia (2015) ob. cit. p. 816.

⁶⁹ Valles, Edgar, ob. Cit. p.16.

⁷⁰ Valles, Edgar, ob. cit. p.25.

art.º 79.º, n.º 1 do CSC, não beneficiarão da presunção de culpa prevista no art.º 72.º, n.º 1 do CSC ⁷¹.

Os administradores respondem também, nos termos gerais, para com os sócios e terceiros pelos danos que diretamente lhes causarem no exercício das suas funções (art.º 79.º, n.º 1, do CSC) e (art.º 84.º, n.º 1 da LSC).

Os sócios são aqui visados enquanto tais, enquanto titulares de participação social⁷² (conjunto unitário de direitos e obrigações e potenciais referido a uma sociedade), não enquanto terceiros titulares de direitos de créditos ou reais derivados de negócios jurídicos celebrados entre a sociedade e eles. Terceiros são sujeitos que não são a sociedade, nem os administradores ou os sócios (enquanto tais) dela, os trabalhadores da sociedade, fornecedores, clientes, credores sociais (que não beneficiam do art.º 78.º do CSC, art.º 83.º, n.º 1 da LSC) sócios enquanto terceiros, Estado. O art.º 79.º, n.º 1 do CSC, coloca sócios e terceiros a par, mas são diferentes muitos dos factos constituintes da responsabilidade dos administradores para com uns e outros. É muito claro que, na ação de indemnização proposta contra o gestor por violação dos deveres de gestão, só os terceiros sentem dificuldades na deteção e qualificação como ilícitos dos atos do gestor, não sucedendo assim quando a responsabilidade é reclamada pela própria sociedade nos art.º 72.º do CSC. A justificação usualmente invocada para exigir do autor na ação, apenas um princípio de prova, a tal dificuldade de conhecimento ou reconhecimento da ilicitude dos atos do gestor só é atendível na ação proposta por terceiros. Quando a ação é proposta pela própria sociedade, esta tem todos os meios para conhecer os detalhes dos atos praticados, bem como as respetivas circunstâncias e não lhe deve faltar informação para demonstrar a sua ilicitude. Neste último caso, a ação é proposta, normalmente embora não necessariamente sempre em ligação com a apreciação da gestão e a deliberação de destituição do administrador. Casos em que a sociedade tem normalmente perfeito conhecimento da situação e dos factos que

⁷¹Gomes Ramos, Maria Elisabete (2010) ob. cit. p. 146, 147.

⁷² Gomes Ramos, Maria Elisabete, (2010) ob. cit. 141- a participação social integra o «conjunto unitário de direitos e obrigações atuais e potenciais do sócio (enquanto tal)». Se não existem duvidas de que o título da ação (enquanto coisa corpórea) é suscetível de direito de propriedade, já é discutido se a participação social pode ser objeto do mesmo direito. O pensamento defendido na doutrina portuguesa de que a participação social é uma coisa (incorpórea) suscetível de ser objeto do direito de propriedade abre caminho a que os administradores possam ser responsabilizados pelos sócios quando a atuação daqueles viole o direito absoluto (propriedade) destes sobre a participação social ou sobre os títulos de ação.

imputa ao gestor. Quanto aos terceiros, estes sim, podem enfrentar sérias dificuldades para obter as informações necessárias, e até mesmo para saber se houve ou não ilicitude⁷³.

A responsabilidade em causa há de resultar de factos (ilícitos, culposos e danosos)⁷⁴ praticados pelos administradores “no exercício das suas funções”, isto é, durante e por causa da atividade de gestão e/ou representação social. É, neste sentido, também (tal como a responsabilidade para com a sociedade ou credores sociais) uma responsabilidade “orgânica” de titular de órgão social no desempenho das respetivas funções. Pode, evidentemente um administrador praticar atos fora do exercício das funções (atos sem ligação funcional à administração social) que o responsabilizem perante terceiros. Tal responsabilidade, porém, fica inteiramente sujeita ao regime comum da responsabilidade civil. O dano há de incidir, portanto diretamente no património de sócio ou de terceiros. Não releva o dano meramente reflexo, derivado de dano sofrido (diretamente) pela sociedade. Se resultam prejuízos para a sociedade de um comportamento indevido de administrador (desrespeitador de deveres para com ela), podem os sócios e terceiros sofrer (indiretamente) prejuízos, por exemplo os sócios deixam de receber ou recebem menos lucros e veem diminuir o valor das suas participações sociais, os credores sociais deparam-se com o enfraquecimento da garantia patrimonial dos seus créditos. Neste caso, contudo, têm cabimento as ações sociais de responsabilidade (art.º 75.º ss, do CSC) e, eventualmente, as ações de credores sociais (art.º 78.º do CSC), não as ações individuais de sócios ou terceiros para indemnização dos mesmos (art.º 79.º do CSC); o administrador responderá tão-só para com a sociedade. Contudo, um mesmo ato da administração pode causar danos (distintos) à sociedade por um lado, e a sócios e terceiros, por outro. Os atos prejudiciais para terceiros podem violar o dever de lealdade. O dever de lealdade vincula os gestores principalmente para com a sociedade, mas também, embora num plano secundário, para com os sócios e “stakeholders”, entre estes os credores, e outros terceiros especialmente interessados. No que respeita aos credores, a responsabilidade sofre limitações da parte do n.º1 do art.º 78.º do CSC: *quando pela inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à protecção destes, o património social se torne insuficiente para a*

⁷³ Pais de Vasconcelos, Pedro, ob. Cit. p. 75.

⁷⁴ Ramos, Maria Elisabete, (2010) ob. cit. p. 139, 140,- há uma linha de interpretação (com curso também em outras ordens jurídicas onde vigora disposições semelhantes ao art.º 79.º do CSC) que sustenta que a menção aos danos diretamente causados significaria que o administrador responde para com terceiros ou sócios somente por dolo ou condutas especialmente reprováveis. Os administradores são responsáveis perante sócios e terceiros nos termos gerais. A remissão para os termos gerais tem sido entendida como visando o art.º 483 e ss. do C.civ.PT. o que vale por dizer que será a sociedade a assumir as consequências resultantes da responsabilidade pelo risco por intervenções lícitas. Os administradores são responsáveis perante sócios e terceiros pela violação de direitos absolutos e de normas destinadas a proteger interesses dos sócios e de terceiros.

satisfação dos respetivos créditos e quanto aos sócios e terceiros, a parte do n.º 1 do art.º 79.º do CSC limita a responsabilidade aos danos que diretamente lhes causarem no exercício das suas funções⁷⁵. Por exemplo, a elaboração e apresentação de documentos de prestação de contas anuais falsas leva à distribuição de lucros fictícios (dano ao património social), a aquisição de novas e sobreavaliadas ações por sócios (dano aos sócios) e a concessão de créditos (dano a terceiro). Em casos tais há lugar tanto para as ações sociais de responsabilidade como para as ações individuais dos sócios e terceiros⁷⁶.

Em Angola o n.º 1 do art.º 83.º da LSC, tem carácter meramente declarativo. Este preceito não estabelece os pressupostos da responsabilidade civil dos administradores perante terceiros. Antes remete de forma aberta para os termos gerais da responsabilidade civil. Não havendo, por regra, qualquer vínculo específico entre, por um lado, os administradores de uma sociedade e, por outro, os sócios daquela sociedade ou outros sujeitos com ela relacionados. A responsabilidade em causa será, pois de carácter extra-obrigacional. Consequentemente, os termos gerais referidos no artigo 84.º, n.º 1 da LSC correspondem àqueles fixados pelo art.º 483.º, n.º 1 do C. Civ. AO⁷⁷. Os gestores respondem perante sócios ou terceiros depende do preenchimento dos requisitos gerais da responsabilidade dilitual.

1. 4. 3. Responsabilidade para com os credores sociais em particular

A responsabilidade aqui em causa é delitual, uma vez que não existe entre os credores e a sociedade qualquer relação contratual. Os prejuízos são diretamente causados ao património da sociedade e só indiretamente afetam os credores sociais (art.º 78.º, n.º 1 do CSC e art.º 83.º, n.º 1 da LSC). É necessário que sejam provocados prejuízos à sociedade e que, por causa desses prejuízos, o património social não seja suficiente para a satisfação dos créditos dos credores⁷⁸.

⁷⁵ Pais de Vasconcelos, Pedro, ob. cit. p.75, 76.

⁷⁶ Coutinho de Abreu, J.M, (2010) - Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, 2ª edição, editora almedina, IDET, p. 84, 85.

⁷⁷ Vale, Sofia (2015) ob. cit. p. 831.

⁷⁸ Ramos, Maria Elisabete, (2010) ob. cit. p.132,133. – Questão pouco tratada na doutrina portuguesa é o problema do limite do dano que os credores sociais podem reclamar, ao abrigo do art.º 78.º, n.º 1 do CSC. Não restam dúvidas de que a insuficiência patrimonial é um dano provocado no património da sociedade, é um dano da sociedade, e que tal prejuízo é suscetível de determinar o dano(indireto) dos credores sociais. Ora, o dano dos credores sociais pode ser superior ao dano sofrido pela sociedade (insuficiência patrimonial) ou pode ser inferior a este. Menezes cordeiro defende que a «a indemnização deve equivaler à medida da Insuficiência patrimonial verificada». Coutinho de Abreu argumenta que os credores sociais «não podem exigir dos administradores indemnização de valor superior ao dano provocado por estes no património da sociedade». Parece que o caminho mais ajustado é o de fazer corresponder o limite máximo da indemnização a reclamar pelos credores com o dano provocado pelos administradores no património social. Há que evitar o duplo ressarcimento. Assim, se por força da ação social de responsabilidade, os administradores indemnizarem esta pelos danos provocados, já não poderão

A ação dos credores sociais não será afastada por qualquer renúncia ou transação da sociedade, nem o facto de a conduta dos administradores assentar em deliberação dos sócios constituirá causa de exclusão da responsabilidade (art.º 78.º, n.º 3, CSC, art.º 83.º, n.º 3 da LSC). A responsabilidade dos administradores para com os credores sociais é pessoal, pelo que podem os credores acionar os administradores sem que tenha sido instaurada ação social. Só podem intentar esta ação os credores cujo crédito não possa ser satisfeito pelo património da sociedade (art.º 78.º, n.º 1 do CSC art.º 83.º, n.º 1 da LSC)⁷⁹. No caso de insolvência da sociedade, os direitos dos credores poderão ser exercidos, durante o processo de insolvência, pela administração da massa falida (art.º 78.º 4 do CSC e art.º 83.º, n.º 4 da LSC). A ação sub-rogatória dos credores sociais⁸⁰ está prevista no art.º 83.º, n.º 2 LSC com os art.º 606.º, a 609.º do C.civ.AO, devendo ser utilizada naqueles casos em que nem os administradores nem os sócios tomam a iniciativa de acionar judicialmente os administradores que causaram danos à sociedade. Assim, permite-se aos credores intentarem uma ação sub-rogatória para exigirem dos administradores a indemnização que cabe à sociedade. A formulação legal utilizada é clara, pelo que não existe dúvidas acerca da legitimidade dos credores sociais para exercerem a ação social de responsabilidade, nem do carácter sub-rogatório dessa ação⁸¹. Refira-se que esta ação social dos credores é distinta da ação pessoal dos credores prevista no art.º 83.º, n.º 1 LSC.

Sobre os credores sociais recai o ónus de provar a culpa dos administradores que, também neste tipo de responsabilidade, é aferida de acordo com o critério do gestor criterioso e ordenado. O credor social não beneficia da presunção de culpa. Tal conclusão resulta, quer do facto de o art.º 78.º n.º 1 do CSC, não remeter para o art.º 72.º, n.º 1 do CSC, quer da natureza extracontratual da responsabilidade dos administradores perante os credores sociais. Aplica-se, por isso, o art.º 487.º, n.º 1 do C. civ. PT. Parece que o credor social também não beneficiará da presunção de culpa, se se enquadrar as disposições contratuais tuteladoras dos credores

os credores sociais reclamar a indemnização ao abrigo do art.º 78.º, n.º 1 do CSC, porquanto já não haverá insuficiência patrimonial.

⁷⁹ Pereira de Almeida, António, (2014) ob. cit. 214.- A responsabilidade para com os credores sociais decorrente do art. 83.º, n.º 1 da LSC, é pessoal, por conseguinte, os credores acionarão a administradores sem qualquer subordinação à ação social, a qual poderá ter sido ou não intentada, e ação aproveitará apenas os credores que a propuserem.

⁸⁰ Nos nossos dias, é inequívoco que, para satisfação dos seus créditos sobre a sociedade, assiste aos credores o direito a recorrer à ação sub-rogatória, pois ela está expressamente prevista no art.º 78.º, n.º 2 do CSC. Esta norma prescreve que o credor social pode exercer o direito de indemnização de que a sociedade seja titular contra os seus gerentes ou administradores, sempre que a sociedade ou os sócios o não façam, nos termos dos art.º 606.º a 609.º do C. civ. PT. Ribeiro, Maria de Fátima, (2016) ob. cit. p. 586,587.

⁸¹ Ribeiro, Maria de Fátima (2016) ob. cit. p. 587.

sociais no universo dos contratos em eficácia de proteção para terceiros⁸². Por um lado, o art.º 78.º, n.º 1, do CSC, não distingue os regimes consoante seja violada uma disposição legal ou desrespeitada uma disposição contratual de proteção dos credores sociais. Por outro lado, estando em causa a tutela do património dos credores sociais, é altamente duvidoso que se aplique, quanto ao ónus da prova, o regime contratual de presunção de culpa.

2. Responsabilidade do administrador de facto

2. 1. O administrador de facto relevante e legitimado

Nem sempre as funções e as tarefas próprias de um administrador ou gerente de uma sociedade comercial são desempenhadas pelos administradores de direito ou formais. Numa noção ampla, é administrador de facto quem, sem título bastante, exerce, direta ou indiretamente e de modo autónomo (não subordinadamente) funções próprias de administrador de sociedade⁸³. Sendo gestores de facto aparentes, ou ocultos sob outro título e gestores na sombra⁸⁴.

Segundo RICARDO COSTA, deverá ser considerado administrador de facto quem exerce concreta e efetivamente os poderes de gestão-administração de uma sociedade, mesmo que para isso não tenha legitimidade formal. Para isso, temos que surpreender na sua ação uma atividade real e positiva de administração. Não basta que se desempenhe ou influencie o desempenho de um ou mais atos próprios da gestão das sociedades para se ser administrador de facto jussocietariamente relevante. Tanto numa como noutra das espécies fundamentais de administração de facto direta ou na primeira pessoa; indireta ou por interposta pessoa ou “na sombra” (*shadow director*) não basta surpreender uma administração de facto sob o ponto de vista funcional, ainda que só se possa avançar uma vez perfilado o sujeito pela sua integração (e de facto, pois) na gestão da sociedade. RICARDO COSTA argumenta que é necessário sujeitar essa conduta ao crivo da concorrência de um elenco de “idóneos parâmetros seletivos”⁸⁵ observados na atuação do sujeito candidato a essa qualidade de administrador de facto. Serão

⁸² Provem da doutrina alemã, admitindo, precisamente, que a violação de um contrato pode redundar em um prejuízo direto para o terceiro que era diretamente beneficiado pela prestação contratual. Acórdão do Supremo Tribunal de justiça, 10-05-2018, relator Henrique Araújo.

⁸³ Abreu, Jorge M. Coutinho (2017) ob. cit. p. 901.

⁸⁴ Abreu, J. M. Coutinho (2010) Responsabilidade civil dos administradores de sociedades. 2.ª edição, Editora Almedina, IDET. p. 100,101.

⁸⁵ Costa, Ricardo, et alli, (2016) p. 201.

esses pressupostos ou critérios que, uma vez reunidos, legitimam a constituição da relação juridicamente relevante de administração de facto.

Segundo RICARDO COSTA, na verdade, é a verificação cumulativa de todos esses requisitos que cumpre o mesmo papel de uma designação válida e eficaz para o administrador de direito e ao do consequente título e posição orgânica para administrar a sociedade. A saber⁸⁶:

1- A atuação positiva no círculo de funções típicas de administração gestonária, tendo como azimute a intervenção no “patamar da alta direção” (ou pelo menos, a execução das diretivas dessa gestão estratégica e global se o facto for apenas ativado no campo das relações externas e estiver isolado por não ter havido participação no ato de gestão, decisão interna que serviu de base ao ato representativo) e intensidade qualitativa;

2- Com a autonomia própria do administrador (em relação permanente com a intensidade da política estratégica e global);

3- Em regra de forma sistemática e continuada (ainda que, excecionalmente, esporádica desde que expressiva), radicada numa vontade ou motivação de atuar como administrador ou influir na ação dos administradores sem assumir os efeitos típicos da situação jurídica disciplinada pela lei intensidade quantitativa;

4- Com a aceitação/tolerância da sociedade (do seu ou seus sócios e/ou do ou dos administradores de direito).

Por outro lado, no que respeita à administração de facto indireta, os requisitos preservam um mesmo grau de exigência⁸⁷.

A “administração fática” constitui uma realidade consentida pela sociedade ou a maioria dos sócios ou ainda por aqueles que representam a maioria dos votos e pelos administradores de direito. Em suma estamos diante de um administrador de facto sempre que determinado sujeito sem provimento, esteja no exercício positivo, real e efetivo da administração, com autonomia decisória e sob conhecimento e consentimento dos sócios e dos administradores de direito da sociedade⁸⁸.

⁸⁶ Costa, Ricardo, et alli, (2016) ob. cit. p. 204.

⁸⁷ Costa, Ricardo, et alli, (2016) - ob. cit. p. p 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206.

⁸⁸ João Lourenço, Leonildo Manuel (2014) ob. cit. p. p. 11, 12.

2.2. A figura dos Administradores de facto como fator de manutenção das Sociedades Anónimas

Segundo RICARDO COSTA, o elenco e a descrição dos principais fenómenos societários onde se encontra a possibilidade de ocorrência de administração de facto permite-nos decifrar atribuições legais de poderes de administração social a quem não usufrui de um título jurídico formal de administrador de direito. Assim, são administradores de facto ou atuam no âmbito de administração de facto por força da lei:

a) os administradores das sociedades diretoras e dominantes em relação de grupo por contrato de subordinação ou domínio total – art.º 504.º, n.º 1,2 do CSC e art.º 492.º n.º 1 da LSC;

b) os administradores que depois de ocorrido «o termo do prazo por que foram eleitos» (SA) se mantêm em funções até nova designação (deles ou de outro administrador) art.º 391.º, n.º 4, 1.ª parte, e 425.º, n.º 3, 1.ª parte (aplicação direta ou analógica) do CSC e art.º 412.º da LSC;

c) os administradores que afetados por incapacidade ou incompatibilidade supervenientes, exercem o cargo até à declaração de «termo das funções» do órgão de fiscalização – art.º 401.º do CSC art.º 422.º da LSC;

d) os sócios que gerem temporariamente a sociedade por quotas e a sociedade em comandita, desde que exerçam funções de administração ou pratiquem atos até à designação de novos administradores, por força do estatuído nos art.º 470.º, n.º. 4 do CSC;

e) os ex-administradores de direito das sociedades dissolvidas e em liquidação, no arco dos deveres (e respetivas funções de gestão e representação) atribuídos pelos art.º 145.º, n.º 2, e 149.º, n.º 2 do CSC e art.º 145.º n.º 2 da LSC⁸⁹.

Nestas várias circunstâncias, não se pode dizer que haja irregularidade pois as normas legais servem para reconhecer direito de cidadania à administração de facto. O que significa que estamos habilitados a qualificar organicamente a atuação do administrador de facto.

Com um poderoso efeito: esta administração de facto, a existir, não necessita de preencher os requisitos constitutivos que a qualificam e legitimam jussocietariamente como tal, a começar pela exigência de adotar ou intervir na adoção das decisões estratégicas de “alta direção”. O administrador de facto reconhecido na lei basta-se com a simples prática de atos de administração, mesmo que esses atos não sejam aqueles que servirão para qualificar o

⁸⁹ Costa, Ricardo, et alli, (2016) *Administrador de facto e artigo 80.º do CSC*, E depois do código das sociedades comerciais em comentário, Editora Almedina, p. p 207,208,209.

administrador de facto sem reconhecimento na lei, ou seja, todos os outros fenómenos de administração de facto irregular e, em princípio, inorgânica⁹⁰.

2. 3. A responsabilidade civil societária dos administradores de facto

O direito das sociedades comerciais regula expressamente a responsabilidade dos gerentes e administradores por gestão ilícita e culposa. O modelo normativo encontra-se fixado nos art.º 72.º a 79.º do CSC, e art.º 77.º a 84 da LSC, e é comum aos vários tipos de sociedade. Não obstante, é nas sociedades de capitais que mais se faz sentir os reflexos desta disciplina sancionatória.⁹¹

O regime jurídico-societário português não contempla uma norma que expressamente regule a responsabilidade civil dos administradores de facto. Tal silêncio suscita a discussão sobre o fundamento de tal responsabilidade. A doutrina tem apresentando várias propostas⁹²:

- a) Art.º 80.º do CSC e art.º 85.º da LSC;
- b) Aplicação direta dos art.º 72.º, e ss do CSC e art.º 77.º e ss da LSC;
- c) Interpretação extensiva dos art.º 72.º e ss do CSC.

As regras da responsabilidade civil tendem justamente a assegurar uma gestão escrupulosa e eficiente.

O complexo de deveres (previstos em primeira linha na lei) para os administradores, mais que uma ordenação prevista para sujeitos determinados e individualizados que apresentam uma determinada veste formal, correspondem a regras que aferem o desenvolvimento correto e diligente da atividade de gestão da sociedade.

O carácter orgânico da responsabilidade social dos administradores, referido a um eixo unificado e estruturado de funções e competências, é a pedra de toque para o tratamento da responsabilidade dos administradores de facto. Se se comprova o facto de haver quem administre no circuito das funções e competências administrativas como os administradores de direito, esses sujeitos devem estar juridicamente sujeitos às regras da correta e diligente administração. E, se for caso disso, à responsabilidade derivada da violação dessas regras, em abono da tutela do interesse patrimonial das sociedades administradas, dos credores sociais e de outros terceiros comprometidos na órbita corporativa. E, mesmo quando os administradores respondem pela «inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à

⁹⁰ Abreu, Jorge M. Coutinho (2017) ob. cit. p. 992, 993, 994,

⁹¹ Costa, Ricardo (2016), et alli, ob. cit. p. 220,221.

⁹² Gomes Ramos, Maria Elisabete, (2010), ob. Cit. p.p. 153,154.

proteção» dos credores sociais (art.º 78.º, n.º 1 do CSC) e, «nos termos gerais, para com sócios e terceiros pelos danos que diretamente lhes causarem no exercício das suas funções» (art.º 79.º, n.º 1 do CSC), a conduta ilícita singulariza-se por se encontrar causalmente ligada ao exercício das suas competências orgânicas, e ao pretendido cumprimento dos deveres que a posição jurídica de administrador determina.

Dir-se-á, mesmo assim, que a letra da lei não estará totalmente desfasada deste espírito. Os art.º 72.º do CSC (atos ou omissões, praticados) e 79.º do CSC (no exercício das suas funções) induzirão o intérprete a entender que o pressuposto de aplicação do regime é o desempenho efetivo do cargo, independentemente da regularidade da nomeação. RICARDO COSTA⁹³, tem uma perspetiva diferente: diria que esse argumento confirma a aplicação ao administrador extensivamente redefinido, que inclui o administrador de facto legitimado e reconhecido pela lei. Tudo o mais é, implicando um verdadeiro pressuposto da existência de administração de facto, pressupor que a lei se vergaria perante a irregularidade ou a falta de vigência do título.

Tomando como parâmetros as prescrições que disciplinam a atuação dos administradores e que possam ser aplicáveis aos administradores de facto, advoga-se, portanto, uma interpretação em sentido amplo do regime próprio dos administradores «de jure» para efeitos de responsabilidade. Ou, se quisermos, a aplicação pura e simples desse regime ao administrador redefinido (de direito e de facto)⁹⁴.

Para Angola a professora SOFIA VALE e TERESINHA LOPES, defendem que, valerá mais lançar mão do art.º 85º LSC que, sob a epígrafe “*responsabilidade de outras pessoas com funções de administração*”, estatui que “*as disposições respeitantes à responsabilidade dos gerentes e administradores aplicam-se a outras pessoas a quem sejam confiadas funções de administração*”. Uma interpretação literal deste preceito permite, em nossa opinião, concluir pela aplicação direta do regime jurídico da responsabilidade dos administradores (civil e penal, prevista na LSC) aos administradores de facto⁹⁵.

Não obstante, os administradores de facto são responsabilizados se provocarem danos à sociedade ou terceiro, sem que para efeito se recorra ao art.º 80.º do CSC e 85.º da LSC. Pois este artigo reforça a confiança que não faz sentido, pois a atuação funcionalmente administrativa e, em particular, caracteriza pela acumulação dos pressupostos de relevância jussocietária é o que bastará para que os art.º 72.º e ss. do CSC e 77.º ss. da LSC, sejam

⁹³ Costa, Ricardo (2016) et alli ob cit. 230.

⁹⁴ Costa, Ricardo (2016) et alli, ob. Cit. p. 233,234.

⁹⁵ Lourenço Manuel, Leonildo João (2015) ob. cit. p. 17

aplicáveis aos administradores de facto, de acordo com o princípio de equiparação com os administradores de direito residente no conceito extensivamente redefinido de administradores de sociedade comercial⁹⁶.

⁹⁶ Abreu, Jorge M. Coutinho (2017) ob. cit. p. 995,996,997.

Conclusão

A presente dissertação trata da responsabilidade dos gestores de direito e de facto confrontando o ordenamento jurídico português e angolano, do gestor de direito e de facto nas S.A. e da sua responsabilização por danos causados diretamente à sociedade e indiretamente aos credores e outros terceiros.

O CSC e a LSC apesar de semelhantes em algumas matérias, apresentam particularidades distintivas. É consenso que os administradores que causem dano à sociedade respondem civil ou criminalmente.

A falta de jurisprudência angolana, ao invés do caso português, limitou o campo de análise sobre o tema. Por aí e por manifesta falta de transparência no tráfico jurídico que se observa em Angola, recorrentemente, assumem funções e poderes de gestão nas S.A. angolanas sujeitos que não são mandatários legais.

O art.º 69.º da LSC sobre os deveres de diligência, não desenvolve objetivamente os deveres de cuidado e lealdade, deixando aberto, o que não é o caso do art.º 64.º do CSC onde estes se encontram especificados.

O CSC é menos restritivo quanto à demanda judicial dos administradores por parte dos sócios minoritários requerendo para o efeito 5% do capital social onde a LSC eleva para 10% o capital social requerido, deixando assim relativamente mais desprotegidos os sócios minoritários.

A exclusão da responsabilidade defendida no art.º 72.º n.º 2 da CSC sobre decisões dos gestores com o critério de racionalidade empresarial não é replicada no art.º 77.º da LSC, omissa sobre a matéria, acarretando vulnerabilidade à defesa dos gestores.

O CSC e LSC não consagram a figura do administrador de facto, mas suportam mecanismos jurídicos suficientes que podem ser acionados pelos coadministradores, sócios e credores da sociedade, permitindo-lhes obter o ressarcimento judicial dos danos causados segundo art.º 72.º ss. do CSC e 77.º da LSC, sem recorrer ao art.º 80.º do CSC e 85.º da LSC.

Bibliografia

ABREU, Jorge M. Coutinho (2017) *Código das Sociedades Comerciais em comentário*. Volume 1 (artigos 1.º a 84.º) 2.º edição, IDET, Editora Almedina.

ABREU, Jorge Manuel C. 2016. *Curso de direito comercial, das Sociedades*. Edições Almedina.

ABREU, Jorge Manuel C. (2010) - *Responsabilidade civil dos administradores de sociedades*, 2.ª edição, IDET, Editora Almedina.

ABREU, Jorge Manuel C. (2006) *Governança das Sociedades Comerciais*. Editora Almedina, Coimbra.

ABREU, J.M. Coutinho (2006) *Administradores e Trabalhadores de Sociedade (Cúmulo ou Não)*, in TEMAS SOCIETÁRIOS, colóquios nº2, IDET, Almedina Editora.

ALMEIDA, António Pereira, (2014) – *Direito angolano das sociedades comerciais*. 2ª ed., Coimbra Editora.

ALMEIDA, António Pereira, (2011) - *Sociedades Comerciais” Valores Mobiliários e Mercado*. 6ª Edição, Coimbra Editora.

ALMEIDA, António Pereira (2006) - *Sociedades Comerciais*. 4ª Edição, Coimbra Editora.

ANTUNES, José Engrácia (2013) - *Direito das sociedades*. 4.ª edição, Porto editora.

ANTUNES, José Engrácia (2015) - *Direito das sociedades*, 5ª edição, Porto Editora.

A Responsabilidade dos Gestores de Direito e de Facto - Confronto Entre o Ordenamento jurídico Português e Angolano.

COSTA, Ricardo (2018),” *A business judgment rule na responsabilidade societária: entre a razoabilidade e a racionalidade*” Colóquio internacional governação das sociedades, responsabilidade civil e proteção dos administradores, Universidade de Coimbra, IDET.

COSTA, Ricardo, et alli, (2016) “*Administrador de fato e artigo 80º do CSC*” e depois do código das sociedades comerciais em comentário, Editora Almedina.

COSTA, Ricardo (2015) - *Sócios como administradores de fato das “suas” sociedades*. Coleção Estudos Instituto do Conhecimento AB, n.º 4, Instituto do conhecimento AB, estudos comemorativos dos 20 anos da abreu advogados. Editora Almedina,

COSTA, Ricardo, (2011) *Deveres gerais dos administradores e “gestor criterioso e ordenado”*, in I congresso direito das sociedades em revista, Editora Almedina, Coimbra.

CUNHA, Paulo Olavo, (2019), *Direito das Sociedades comerciais*. 7ª Edição, Edições Almedina.

RAMOS, Maria Elisabete, (2015) -*Riscos de responsabilização dos administradores – Entre a previsão legislativa e a decisão jurisprudencial*, in Direito das sociedades em Revista, vol.13.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes, (2010) - *O seguro de responsabilidade civil dos administradores “Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura”*. Tese de Doutoramento, Editora Almedina.

RIBEIRO, Maria de Fátima, (2016) - *A tutela dos credores da sociedade por quotas, e a “desconsideração da personalidade jurídica”*. Teses, Editora Almedina.

VALLES, Edgar (2017-) *Responsabilidades dos Gerentes e Administradores*. 2ª Edição, editora Almedina.

A Responsabilidade dos Gestores de Direito e de Facto - Confronto Entre o Ordenamento jurídico Português e Angolano.

VALE, Sofia (2015) - *As empresas no direito angolano, “lições de direito comercial”*. Universidade Agostinho Neto, Angola.

VALE, Sofia, (2014) - *Os deveres dos administradores das sociedades nos direitos angolano e português: estudo de direito comparado*.

https://www.academia.edu/12771512/Os_deveres_dos_administradores_das_sociedadesnos_direitos_angolano_e_portugues_estudo_de_direito_comparado_2014...15.07.2019.

VALE, Sofia/ LOPES, Teresinha (2009) - *Responsabilidade Civil dos Administradores de Fato das sociedades comerciais*. Angola.

https://www.academia.edu/12771770/A_responsabilidade_civil_dos_administradores_de_fato_das_sociedades_comerciais_-_2009

VASCONCELOS, Pedro Pais, (2009) - *Business judgment rule, deveres de cuidado e de lealdade, ilicitude e culpa e o artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais*, In Direito das sociedades em Revista, vol.2, semestral.

Dissertação:

MANUEL, Leonildo João Lourenço, (2014) - *A Propósito da Responsabilidade Civil e Criminal dos Administradores ou Gerentes de Facto nas Sociedades Comerciais no Direito Angolano “Uma Tentativa de Compreensão”*. Universidade Agostinho Neto – Faculdade de Direito, Angola. Encontrado no link:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3053356
<file:///C:/Users/TT/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o2019/leonildo%20manuel-%20adm.%20facto.pdf>

Jurisprudência:

Acórdão do Supremo Tribunal de justiça, 10-05-2018, relator Henrique Araújo.